

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**TRAJETÓRIAS DE DUAS PROFESSORAS NEGRAS: MEMÓRIAS E  
NARRATIVAS DA ESCOLARIZAÇÃO, PRÁTICAS RELIGIOSAS E IDENTIDADE**

ELIO PEREIRA FERNANDES

DEZEMBRO  
2020

ELIO PEREIRA FERNANDES

**TRAJETÓRIAS DE DUAS PROFESSORAS NEGRAS: MEMÓRIAS E  
NARRATIVAS DA ESCOLARIZAÇÃO, PRÁTICAS RELIGIOSAS E IDENTIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Martins de Oliveira.

VITÓRIA  
2020

**DEDICAÇÃO:**

Aos meus Pais João Evangelista Fernandes e Maria Auxiliadora Fernandes – meus primeiros professores, e as minhas irmãs Madalena Fernandes Pereira e Izabel Pereira Fernandes Barboza, em suas memórias.

## **AGRADECIMENTOS**

Início agradecendo a minha esposa Maria José Euzébio Fernandes e aos meus filhos Uriel Euzébio Fernandes, Daruê Euzébio Fernandes e Tauane Euzébio Fernandes, por minha ausência, pela paciência, companheirismo e contribuição em minha trajetória.

Agradeço ao meu amigo e orientador Prof. Dr. Osvaldo Martins de Oliveira, pelo acompanhamento, orientação, disponibilidade, comprometimento com o desenvolvimento da pesquisa tendo paciência e me dado toda liberdade para que pudesse desenvolver esse trabalho.

Agradeço de maneira especial a professora Dr. <sup>a</sup> Sandra Regina Soares da Costa Martins, pelo apreço e disponibilidade com que aceitou o convite, para poder examinar esta monografia.

Aos meus irmãos (as) Sebastião, Maria Fabiana, Ivanete, Flaviano, Luciano e Luciany, aos cunhados (as) Antônio Barboza, Jorge, Amarildo, Gleide e a todos os familiares, pela ausência, apoio e incentivo e em especial ao Sebastião que transcreveu mais de 04 horas de entrevistas.

Ao amigo e compadre Rafael e sua família pelo incentivo, apoio, suporte tecnológico e para sua filha na colaboração das transcrições das entrevistas.

Aos Amigos e irmãos da Pastoral da Juventude, dos Agentes de Pastoral Negros, da R 26 de Vila Nova, do Grupo Jac-Cristo pelo incentivo e saberes compartilhados.

Sou grato ao presidente Lula que em seu governo instituiu a política de ações afirmativas “cotas raciais” nas instituições de ensino federal e no qual ingressei na universidade através desta política inclusiva.

Aos meus colegas da turma 2017/1 pela amizade, colaboração, partilha e troca de conhecimento. Em especial: Lívia; Marcia; Vanessa; Loise; Lucas Inácio; Julia Pinheiro; Amanda Dyna; Júlio Cesar; Breno; Elisa; Carol; Giovana; Karini; Luane; Ana Luiza e Thiago Machado.

Aos profissionais da educação da escola Denizart Santos, e em especial a Diretora Marlucea, as pedagogas Ana Rita e Cleide e as professoras Penha e Ana

Glaucia, que me acolheram no ano de 2018 durante pesquisa nessa instituição de ensino.

Às amigas e professoras colaboradoras nessa pesquisa, que me deram liberdade de entrar em vossas vidas. Ana Lucia Conceição; Marcia Maria Rangel Monteiro; Miriam Martins Feliciano e Janaina Soares de Oliveira Alves.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais no qual tive a oportunidade de estudar, agradeço pela paciência e troca de saberes. De forma especial: Aline Trigueiro; Roberta Traspadini; Sandro José da Silva e Sonia Mattos.

Gratidão a todos e todas que de alguma maneira contribuíram nesse processo de constante aprendizado.

## RESUMO

Apresento o resumo das “Trajetórias de duas professoras negras: **memórias e narrativas da escolarização, práticas religiosas e identidade**”, que são ex-militantes da Pastoral da Juventude da Igreja Católica com atuação na região metropolitana de Vitória – ES, Marcia Maria Rangel Monteiro e Miriam Martins Feliciano, onde analiso suas narrativas de vidas. Busquei compreender como se deu a inclusão no espaço universitário, os impactos em sua vida social e na construção de sua identidade enquanto mulher negra, a partir de suas narrativas de vidas, com o seguinte questionamento: como se deu sua opção em ser professora e qual a contribuição da ação e reflexão na Pastoral da Juventude nesse processo de escolha e em sua prática pedagógica enquanto profissional da educação. A base teórica e metodológica deste estudo está ancorada nos conceitos de trajetórias, memória, identidade e narrativas de vida. Na revisão da literatura, conforme se verá neste trabalho, apresento sínteses das trajetórias de educadoras negras, destacando as seguintes personagens da memória e história afro-brasileira: a maranhense Maria Firmina dos Reis; a paulistana professora universitária e mestra em sociologia Virginia Bicudo; a trajetória de vida da nordestina professora e historiadora Maria Beatriz Nascimento que construiu sua história na relação com o movimento negro no Rio de Janeiro; e a trajetória da professora Verena Leite de Brito em Mato Grosso. O objetivo geral da presente pesquisa visa compreender e descrever as trajetórias de vidas de professoras negras na atualidade, na região metropolitana de Vitória – ES. Em função da pandemia da Covid-19, as técnicas de metodologia utilizadas na pesquisa foram entrevistas semiestruturadas e abertas com as professoras e coleta de depoimentos de amigos das professoras entrevistadas via WhatsApp, conversas via telefonemas e pela plataforma do google meet. Essa monografia está organizada em três capítulos, mais as considerações finais: o primeiro com os referências teóricos e metodológicos, o segundo com a análise das biografias de educadoras negras em obras revisitadas e o terceiro capítulo descrevendo as trajetórias e narrativas de vidas das professoras Marcia e Miriam. Concluo que as trajetórias delas foram marcadas por desafios e suas identidades tiveram forte influência da Pastoral da Juventude e de outros lugares sociais onde estiveram inseridas. Suas práticas pedagógicas estão voltadas à valorização dos mais pobres e negros e ao combate ao racismo que afeta a saúde mental e a autoestima dos alunos.

**Palavras-chave:** identidade; memória; trajetória; narrativas de vida.

## ABSTRACT

I present the summary of the “Trajectories of two black teachers: memories and narratives of schooling, religious practices and identity”, who are ex-militants of the Catholic Church's Youth Ministry working in the metropolitan region of Vitoria - ES, Marcia Maria Rangel Monteiro and Miriam Martins Feliciano, where I analyze their life narratives. I tried to understand how inclusion took place in the university space, the impacts on her social life and the construction of her identity as a black woman, based on her life narratives, with the following question: how did she choose to be a teacher and what the contribution of action and reflection in Youth Ministry in this process of choice and in its pedagogical practice as an education professional. The theoretical and methodological basis of this study is anchored in the concepts of trajectories, memory, identity and life narratives. In the literature review, as will be seen in this work, I present syntheses of the trajectories of black educators, highlighting the following characters from Afro-Brazilian memory and history: Maria Firmina dos Reis, from Maranhão; paulistana university professor and master in sociology Virginia Bicudo; the life trajectory of the northeastern teacher and historian Maria Beatriz Nascimento who built her history in relation to the black movement in Rio de Janeiro; and the trajectory of professor Verena Leite de Brito in Mato Grosso. The general objective of this research aims to understand and describe the life trajectories of black teachers today, in the metropolitan region of Vitoria - ES. Due to the Covid-19 pandemic, the methodology techniques used in the research were semi-structured and open interviews with teachers and collection of statements from friends of the teachers interviewed via WhatsApp, conversations via phone calls and through the google meet platform. This monograph is organized in three chapters, plus the final considerations: the first with theoretical and methodological references, the second with the analysis of the biographies of black educators in revisited works and the third chapter describing the trajectories and life narratives of teachers Marcia and Miriam. I conclude that their trajectories were marked by challenges and their identities had a strong influence from the Youth Ministry and other social places where they were inserted. Its pedagogical practices are aimed at valuing the poorest and blackest and at fighting racism that affects students' mental health and self-esteem.

Keywords: identity; memory; trajectory; life narratives.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	05
ABSTRACT .....	06
INTRODUÇÃO .....	08
<b>1. REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS .....</b>	<b>11</b>
1.1 - NARRATIVAS DE VIDA .....	11
1.2 - TRAJETÓRIAS .....	13
1.3 - MEMÓRIA .....	14
1.4 - IDENTIDADE .....	15
<b>2. REVISITANDO BIOGRAFIAS DE EDUCADORAS NEGRAS .....</b>	<b>17</b>
2.1 – UMA PROFESSORA E ROMANCISTA NEGRA NO SÉCULO XIX: MARIA FIRMINA DOS REIS .....	17
2.1.1 - A abolicionista .....	18
2.1.2 - A feminista .....	21
2.2 – A SOCIÓLOGA E PSICANALISTA VIRGINIA LEONE BICUDO .....	23
2.3 - O PERCURSO DA HISTORIADORA MARIA BEATRIZ NASCIMENTO.....	27
2.4 – A PROFESSORA QUILOMBOLA VERENA LEITE DE BRITO .....	33
<b>3. DUAS PROFESSORAS NEGRAS: MEMÓRIAS DAS TRAJETÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO, MILITÂNCIA RELIGIOSA E POLITICA E IDENTIDADE.....</b>	<b>36</b>
3.1 - TRAJETÓRIA DA PROFESSORA MARCIA MARIA RANGEL MONTEIRO .....	37
3.2 - TRAJETÓRIA DE VIDA DA PROFESSORA MIRIAM MARTINS FELICIANO .....	59
<b>4. CONCLUSÃO .....</b>	<b>69</b>
REFERÊNCIAS .....	71

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho é fruto da participação de várias mãos, como uma cocha de retalhos feitas com vários pedaços de tecidos, cada amiga e amigo que ao longo dos meus 53 anos de vida fizeram e fazem parte dessa caminhada. Sou o nono filho de uma família de treze irmãos, no qual os três primeiros e o quinto morreram ainda criança antes que eu viesse ao mundo. De origem simples meus avós foram meeiros nas fazendas de café na região conhecida como “Laje”, no município de Caratinga MG, onde em 1934 meus pais nasceram, cresceram, constituíram família e tiveram os sete primeiros filhos. Meus pais ao constituírem família construíram para si uma casa de estuque que foi sua primeira morada. Eles frequentaram a escola até a 4ª série, sendo que minha mãe é considerada, pelos mais velhos que não chegaram a ir à escola, como professora de muitos por tê-los ensinado a escrever e ler. Meu pai na década de 1970 voltou a estudar fazendo até a 8ª série do Ensino Fundamental por correspondência. Eles deram condições e incentivaram todos os filhos a estudarem, a ter o 2º grau (Ensino Médio) completo e fazer um curso superior, no qual alguns irmãos fizeram em diferentes épocas.

Sou o quarto filho a frequentar a universidade e o segundo na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Meu irmão Flaviano fez arquivologia na 1ª turma desta universidade, minha irmã Izabel fez pedagogia e Luciany fez fonoaudiologia, ambas em faculdades da rede privada de ensino. Ingressei nessa universidade através da política de ações afirmativas: sistema de cotas raciais implantadas no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 1985 concluí o 2º grau e em 1986 ingressei no Exército Brasileiro permanecendo até 2015. Sempre desejei fazer um curso universitário, mais a dinâmica militar na banda de música, da qual fazia parte, não me dava condições, e acabei deixando o curso para quando fosse para a reserva. Em 2016 fiz o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e 2017 iniciei o curso de Ciências Sociais na UFES, que agora estou concluindo o bacharelado.

Na final da década de 1980 iniciei minha participação na Pastoral da Juventude, no grupo de jovens da Comunidade Eclesial de Base (CEB) da Igreja Católica de Vila Nova em Vila Velha, período que conheci as professoras que participaram dessa pesquisa, na qual apresento nessa monografia. Caminhamos juntos na Pastoral da Juventude, frequentei suas casas e conheço parte de suas famílias e elas me conhecem, fazem parte da minha vida e de minha história.

Esta pesquisa nasceu a partir dessa caminhada, motivada pelos estudos de relações étnico-raciais com o prof. Gustavo Henrique Forde e na disciplina Antropologia dos Afro-brasileiros com o prof. Osvaldo Martins de Oliveira que é meu orientador nesse trabalho, além das constantes conversas com amigos dentro e fora da universidade. Priorizo em meus estudos as temáticas sobre as relações étnico-raciais, em 2018 realizei uma pesquisa na escola Denizart Santos no município de Vitória, quando conversei com as professoras e ouvi suas histórias de vida e como elas chegaram a fazer suas escolhas. Registrei diálogos e questões levantadas com essas professoras, que me foram muito valiosas na sequência dos estudos.

Em conversa informal com o prof. Osvaldo, falei sobre essa pesquisa e convergimos em fazer uma construção dessas narrativas. Desse ponto de partida e de minha participação na Pastoral da Juventude enquanto sujeito negro é que resolvo trabalhar as trajetórias de professoras negras ex-militantes da Pastoral da Juventude, tendo em vista a relevância para a área da antropologia e das ciências sociais o debate sobre as relações de gênero e de raça dentro do contexto social em que vivemos.

Participando da Pastoral da Juventude me descobri e me tornei uma nova pessoa, em meu jeito de pensar, sentir e agir. As relações vivenciadas nesse meio sócio religioso e as reflexões partilhadas me levaram à inserções nos meios sociais contra as desigualdades sociais que nos afligem. A minha própria trajetória influenciou na escolha do curso que faço e na linha de pesquisa que priorizo sobre as relações raciais.

Este trabalho é fruto dessa caminhada e nele apresento as trajetórias de vida das professoras: Marcia Maria Rangel Monteiro e Miriam Martins Feliciano. O problema e o objeto de estudo pesquisado “Trajetórias de duas professoras negras: **memórias e narrativas de escolarização, práticas religiosas e identidade**”, tendo como **lócus social da pesquisa suas** ex-militâncias na Pastoral da Juventude da Igreja Católica com atuação na região Metropolitana de Vitória – ES. Recorri às teorias da memória e a metodologia das narrativas de vida, onde me coloquei a escutar tuas histórias e narrativas de suas especiais vidas.

A presente pesquisa teve por objetivo geral descrever e compreender as trajetórias de vida dessas duas professoras negras na atualidade, que são ex-militantes da Pastoral da Juventude da Igreja Católica na região metropolitana de Vitória – ES. Busquei compreender como se deu a inclusão e a trajetória no espaço universitário, os impactos em sua vida social e na construção de suas identidades enquanto mulheres negras, a partir de suas narrativas de vida, com o seguinte questionamento: como se deu sua opção em ser professora e qual a contribuição da Pastoral da Juventude nesse processo de escolha e em sua prática pedagógica enquanto profissional da educação.

Como objetivos específicos visei: traçar o percurso percorrido por essas professoras, compreendendo a militância delas enquanto mulheres negras nessa Pastoral; compreender a contribuição da Pastoral da Juventude e da formação universitária na construção de sua identidade negra; compreender a prática educacional e nessa prática como são tratadas as questões relacionadas ao racismo, a discriminação racial e autoestima em seu jeito de viver, seja no espaço escolar ou fora dele.

A escolha desse tema se justifica pela relevância e importância que tem o protagonismo de mulheres negras no processo educacional; na construção de sua identidade e no compartilhamento de uma cultura afro-brasileira dentro do sistema educacional como cooperação para o enfrentamento das desigualdades sociais, da discriminação e do preconceito racial contra os corpos negros.

As trajetórias sociais de educadoras negras e suas contribuições no campo educacional em diversas áreas de ensino e conhecimento, tem sido inviabilizada ao longo da história social brasileira, marcada pelo preconceito racial desde a chegada dos portugueses e agravada com o tráfico negreiro. Situação que a chamada abolição

da escravatura não resolveu, deixando os negros abandonados à própria sorte, sem-terra, moradia, direito a educação, sem alimento. Segundo (PAIN, 1993, p.29) “daí a crítica as autoridades por não se terem preocupado com a instrução do negro após a abolição, abandonando-o à própria sorte”. O processo de educação desenvolvido no Brasil ao longo dos séculos excluiu a população negra de ter acesso a sua história e cultura, negando a construção de sua identidade e os colocando numa situação de inferioridade em relação aos brancos.

Para alcançar o objetivo dessa pesquisa, utilizei como procedimento metodológico, revisão bibliográfica e análise das biografias de professoras negras evidenciando: Maria Beatriz Nascimento, Maria Firmina dos Reis, Verena Leite de Brito e Virginia Leone Bicudo. Realizei entrevistas semiestruturadas e abertas com as professoras Marcia e Miriam. As entrevistas foram realizadas via a plataforma google meet, tendo em vista o período de isolamento social que passa a população brasileira devido a pandemia com a COVID-19.

A redação da monografia com a pesquisa e os resultados estão apresentados em três capítulos: o primeiro com os referenciais teóricos e metodológicos, o segundo com a análise das biografias de educadoras negras em obras revisitadas e o terceiro capítulo descrevo as trajetórias de vidas das professoras participantes, concluindo com as considerações finais.

Nas considerações finais, evidencio a participação e socialização na Pastoral da Juventude, a inserção em organizações de movimentos negros e no espaço universitário como uma contribuição à formação da consciência e identidade negra. Considero que a prática pedagógica voltada à valorização dos mais pobres e em especial os negros com a inserção de conteúdos da cultura e história afro-brasileira são estratégias e mecanismos necessários de combate ao racismo presente em nossa sociedade. O racismo afeta a autoestima e a saúde mental de estudantes negros/as, tornando a vida de homens e mulheres negras ainda mais difícil.

## **CAPÍTULO 1 - REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS**

### **1.1 - NARRATIVAS DE VIDA**

Neste trabalho busco me ancorar nos estudos do sociólogo francês Daniel Bertaux para refletir sobre a importância da “narrativa de vida”. Esta expressão foi introduzida por ele na França por volta de 1956.

Na pesquisa por mim desenvolvida utilizei essa metodologia de trabalho, através de entrevistas semiestruturadas, na qual as colaboradoras entrevistadas iam me contando parte de sua história vivida, a partir das lembranças guardadas em suas memórias.

Nas ciências sociais, curso no qual realizo minha graduação, a narrativa de vida segundo (BERTAUX, 2010, p.15) “[...] resulta de uma forma particular de entrevista, a entrevista narrativa, durante a qual um pesquisador (que pode ser um estudante) pede a uma pessoa, então denominado ‘sujeito’, que lhe conte toda ou uma parte de sua experiência vivida”.

As entrevistas com as professoras Marcia e Miriam foram realizadas na perspectiva etnossociológica buscando as informações a partir da prática de cada uma. Essa perspectiva de acordo com (BERTAUX, 2010, p.17) baseia-se “na ideia central de que, através das práticas, pode-se começar a compreender os contextos sociais nos quais elas se inscrevem e que elas contribuem para reproduzir ou para transformar”.

As informações coletadas com os discursos das colaboradoras desta pesquisa são saberes que estão escondidos e invisibilizados pela história oficial. Conforme (BERTAUX, 2010, p.28) “Uma das virtudes desse tipo de pesquisa é: isolar e, em seguida, trazer ao espaço público elemento do conhecimento objetivo e crítico apoiados na observação concreta”. Ainda nessa perspectiva o próprio (BERTAUX, 2010, p.29) salienta que: “a narrativa de vida pode constituir um instrumento importante de extração dos saberes práticos, com a condição de orientar para a descrição das experiências vividas pessoalmente e dos contextos nos quais elas se inscrevem”.

As narrativas de vida aqui exploradas nos permitiram reconstruir uma nova história, pela experiência vivida de cada professora entrevistada nesse trabalho. Para realizar as entrevistas foi essencial gravá-las, no qual tive a autorização de cada uma das professoras que fazem parte dessa pesquisa, no início de cada diálogo. Tendo em

vista o período que estamos vivendo no Brasil e no mundo com a covid-19, e seguindo as orientações das autoridades em se manter o distanciamento social, as entrevistas foram realizadas via a plataforma meet e gravadas pelo site da apowersoft.com.br/gravador-de-tela-grátis. Eu conheci as professoras Marcia e Miriam em 1987 e militamos juntos na pastoral da juventude, fato que facilitou o trabalho das narrativas de vida por meio da plataforma meet, sendo que a gravação foi primordial para que enquanto pesquisador pudesse ter documentado a narrativa e suas minúcias, ficando livre para perceber detalhes, que fugiriam caso precisasse estar registrando em um caderno através da escrita.

## 1.2 - TRAJETÓRIAS

Para refletir sobre trajetória e compreender seu conceito, fundamento na concepção do sociólogo francês, Pierre Félix Bourdieu em sua obra “ilusão biográfica” de 1996. De acordo com (BOURDIEU, 1996) Falar de história de vida é poder imaginar que o que cada indivíduo viveu e vive em todo o período de sua vida constitui uma história. Segundo Bourdieu:

“ [...] à vida é um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um cursus, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a ‘mobilidade’), que tem um começo (‘uma estréia na vida’), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade (‘ele fará seu caminho’ significa ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história”. (BOURDIEU, 1996; p.183)

Para (BOURDIEU, 1996, p.184) “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva, de um projeto [...]”. A história segue uma ordem, organizando os acontecimentos vividos, que tem uma origem, um ponto de partida desde o nascimento de uma pessoa, passando por todas as etapas da vida, e tendo um término.

Segundo (BOURDIEU, 1996) na construção da história de vida é praticamente impossível explicar cada lembrança, por isso utilizar da trajetória para ligar as partes que tem relação em sua vida e que contorna dando forma de construir um todo no espaço a qual está inserido. De acordo com (BOURDIEU, 1996, p.189) trajetória é uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um

mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. (BOURDIEU, 1996) compreende que com a história de vida podemos construir como as coisas se desenrolaram em determinada área por indivíduo ou uma coletividade. Assim a narrativa da trajetória de vida nos permite reconfigurar a história a nós contada e tida como verdade absoluta pelos meios oficiais.

### 1.3 - MEMÓRIA

A escolha de trabalhar as trajetórias de educadoras negras, a partir da narrativa de vida é relevante para a construção da história do povo negro invisibilizada na sociedade brasileira. Ancoro-me nas análises do sociólogo austríaco Michel Pollak, em sua obra “Memória, esquecimento, silêncio” de 1989. Privilegiando neste trabalho indivíduos que devido ao gênero e a cor da pele são excluídos e marginalizados. Segundo (POLLAK, 1989, p.2) “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância das memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias dominadas, se opõem à memória oficial [...]”.

A memória silenciada, presa por uma violência que perpassou e perpassa suas trajetórias de vidas, impactando na sua autoestima e em sua forma de viver, até que se rompa com aquilo que lhe machuca e ti deixa traumatizado. A partir da memória individual de cada educadora podemos traçar um retrato da memória coletiva e da construção de suas identidades influenciadas ou não pelos meios e espaços inseridas ao longo de sua caminhada. Nesse sentido Pollak:

“Olhando a tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais”. (Pollak, 1989, p.1)

Para que possamos reconstruir uma história, faz-se necessário que as lembranças trazidas, pela memória da pessoa entrevistada, não tenham deixado de concordar com sua própria memória. Ao realizar as entrevistas pode perceber momentos de silêncio, de pensar e não dizer, de não revelar um fato que a memória lembrou. Bem como a

denúncia de indivíduos ou instituições que lhe praticaram atos discriminatórios e preconceituosos, essas memórias se opõem à memória oficial que segundo (POLLAK, 1989, p.6) “[...] essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política”.

Nesse sentido Marcia e Miriam destacam sua participação na pastoral da juventude e entidades ligadas ao movimento negro capixaba. Sendo esses lugares de participação influenciadores da definição de suas identidades seja individual ou coletiva. Para (POLLAK, 1989, p.13) “[...] as características das histórias de vida devem ser consideradas como instrumento de reconstrução da identidade”. Sendo a memória na concepção desse autor:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra. Como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. (Pollak, 1989, p.9)

## 1:4 - IDENTIDADE

Neste trabalho reflito sobre a construção da identidade das professoras Marcia e Miriam ancorado no prisma conceitual do antropólogo norueguês Fredrik Barth e do sociólogo e antropólogo francês Denis Cuche.

Para refletirmos sobre o conceito de identidade na concepção de Barth, compreendo que seja necessário trazer alguns conceitos sobre outras categorias na concepção do próprio autor, na qual destaco a de grupos étnicos e suas fronteiras, sendo que de acordo com (BARTH, 2000) são as fronteiras que definem os grupos. (BARTH, 2000, p.27) enfatiza “que grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; conseqüentemente, têm como característica organizar as interações entre as pessoas”, sejam em seus aspectos culturais, sociais e políticos. Na literatura antropológica a expressão grupo étnico é entendida de acordo com Barth:

“Para designar uma população que: 1. Em grande medida se autoperpetua do ponto de vista biológico; 2. Compartilha valores culturais fundamentais. Realizados de modo patentemente unitário em determinadas formas culturais; 3. Constitui um campo de comunicação e interação; 4. Tem um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros. Como

constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias da mesma ordem". (BARTH, 2000, p.27)

Esta concepção no entendimento de (BARTH, 2000) prejudica a compreensão e a análise dos fenômenos dos grupos étnicos na sociedade e nas culturas humanas. Para (BARTH, 2000, p.64) "As fronteiras étnicas representam uma organização positiva das relações sociais em torno de valores diferenciados e complementares, e as diferenças culturais tende a ser reduzidas com o tempo, aproximando-se do mínimo necessário". Essas diferenças são importantes como demarcadores das particularidades de um grupo em relação a outro. Sendo a identidade étnica compreendida com a auto definição dessas particularidades dentro de cada grupo onde seus membros interagem socialmente e politicamente.

Para (CUCHE, 2002, p.182) "A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas". Ainda segundo o mesmo autor (2002) A identidade é construída nas relações entre indivíduos e grupos nos quais estão inseridos, opondo a outros grupos que mantem ligação.

De acordo com (CUCHE, 2002, p.182), esta concepção de identidade como manifestação relacional deve-se à obra pioneira de Fredrik Barth (1969). Para Barth, "a identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas". E conforme (CUCHE, 2002, p.183) "deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais", sendo que ela se encontra habitualmente em comparação a uma identidade oposta.

Nesse sentido as fronteiras são os limites entre os diferentes grupos, cada grupo faz suas opções de vida e de luta e isso define sua marca, caso o grupo não faça isso ele se submeterá a dominação de outro grupo que definirá o jeito dele se comportar e viver na sociedade, sendo um demarcador social.

(CUCHE, 2002, p.201) destaca que segundo (BARTH, 1969), "todas as fronteiras são concebidas como uma demarcação social suscetível de ser constantemente renovada pelas trocas. Qualquer mudança na situação social, econômica ou política pode provocar deslocamento de fronteiras". Ainda de acordo com (CUCHE, 2002, p.202), se admitimos que a identidade é uma construção social, a única questão pertinente é:

"como, porque e por quem, em que momento e em que contexto é produzida, ou questionada certa identidade particular?"

Assim e nas relações pessoais e sociais, seja na família, na comunidade, no partido político, em uma entidade específica que se vai tomando consciência da identidade com o sentimento de pertença do meio ao qual está inserido. Nesse sentido, (CUCHE, 2002, p.182) salienta que: “a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais”.

## **CAPÍTULO 2 - REVISITANDO BIOGRAFIAS DE EDUCADORAS NEGRAS**

Neste capítulo revisito literaturas sobre educadoras negras, trazendo suas trajetórias, com destaque para as seguintes personagens: 1ª) a professora maranhense de primeiras letras “Maria Firmina dos Reis” romancista, poetisa e professora contra o machismo e a escravidão no século XIX em sua obra o romance “Úrsula - 1859”; 2ª) a professora universitária e mestra em sociologia “Virginia Bicudo”, em que a vida e obra são retratadas na tese de doutorado ‘Os Segredos de Virgínia: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)’ da professora Janaína Damaceno Gomes; 3ª) a trajetória de vida da professora e historiadora “Maria Beatriz Nascimento” a partir da obra “Eu sou Atlântica” de Alex RATTIS; 4ª) a trajetória da professora “Verena Leite de Brito” em Mato Grosso, evidenciada na obra “Viva Bela Verena: a saga de uma professora negra na memória de uma comunidade da mesma cor” de Marlene Gonçalves.

### **2.1 – UMA PROFESSORA E ROMANCISTA NEGRA NO SÉCULO XIX: MARIA FIRMINA DOS REIS**

Ao revisitar Maria Firmina dos Reis destaco sua trajetória com ênfase no romance Úrsula de sua autoria, publicado em 1859. Único romance abolicionista de autoria feminina em todo o mundo lusófono nesse período.

Maria Firmina dos Reis nasceu em 11 de março de 1822, em São Luís (MA) sendo filha ilegítima e não tendo conhecido o pai. Aos cinco anos de idade mudou-se para a

cidade de Guimarães passando a morar com a avó. Em 1847 com 25 anos de idade foi aprovada em concurso público para a cadeira de instrução primária na vila de Guimarães, tornando-se a primeira mulher a conquistar o cargo em toda a província.

Maria Firmina através de sua escrita é uma das primeiras vozes femininas a erguer discurso em defesa do feminino, denunciando toda forma de violência contra as mulheres e qual o papel estabelecido para elas dentro de uma sociedade machista. Ela também é a voz dos negros feitos escravos que clamam por liberdade, denunciando o aprisionamento em sua terra natal no continente africano, a crueldade na travessia do Atlântico nos porões dos navios, as condições desumanas como eram tratados e violentados em terras brasileiras pelos homens brancos que não manifestava nem um sentimento por estes. Essas denúncias nós podemos verificar ao ter contanto com sua obra que de forma poética e romântica vai nos trazendo esses elementos dando vozes aqueles e aquelas a qual foram retirados a liberdade e subjugados aos domínios dos homens brancos.

Em 1859 aos 37 anos de idade ela publica o romance “Ursula” e ao apresentar ao leitor, ela trata sua obra como um “Mesquinho e humilde livro”. Maria Firmina tinha plena consciência de estar numa sociedade machista, racista e preconceituosa e salienta que:

“Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. (REIS, 1859, p.12)

### 2.1.1 - A abolicionista

Maria Firmina no início de sua obra pontua ao leitor a diferença entre o branco e o negro no qual os indivíduos da sociedade distinguia pela maneira de vestir, de andar, o lugar social de cada um. Aquele com capote de lã, com luvas nas mãos, a cavalo, permitia conhecer que era alguém da alta sociedade possuído de poder, enquanto aquele que andava a pé, com alguma coisa carregando no ombro, sendo um ponto negro no horizonte, era o negro escravo despossuído de poder e de liberdade, onde

o sangue que corria em suas veias o ligava a escravidão. Aqueles que eram escravos conheciam a sua condição na qual salienta (REIS, 1859, p.21): “[...] A minha condição é a de mísero escravo! Ah! O escravo é tão infeliz! ”.

Através da velha Suzana, uma personagem de sua obra, a autora denuncia a captura dos negros na África, em seus vastos campos e em suas roças repletas de alimentos como milho, inhame e amendoim. Tinha-se muita fartura e os algozes chegavam e aprisionavam aqueles e aquelas em que estavam trabalhando sem piedade alguma, não se importando se tinha família ou como que levava a vida. Eram arrancados de sua terra natal, de seu povo e jogados nos navios negreiros como mercadoria e animais ferozes, submetidos a toda forma de maltrato, onde muitos morriam ou eram mortos na travessia pelo Atlântico.

Maria Firmina chama atenção sendo implacável com aqueles que estão professando sua fé e estando do lado das autoridades da igreja que é complacente com tal situação e retrata através de uma prece que:

Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo –, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... Àquele que também era livre no seu país.... Àquele que é seu irmão? (REIS, 1859, p.18).

Maria Firmina demonstra a generosidade e o sentimento do negro, mesmo com todo o sofrimento causado pela escravidão, pois a sua alma não se corrompeu ao ódio e estando vivendo uma vida de infelicidade, se manifestava uma pessoa virtuosa, socorrendo e cuidando de seu opressor que segundo Reis (1859, p.19) “Banhou-lhe a fronte com água fresca, depois de ter com piedosa bondade colocando-lhe a cabeça sobre seus joelhos. Só Deus testemunhava aquela cena tocante e admirável, tão cheia de unção e de caridoso desvelo! ’ E ainda quando a mãe tem que deixar um filho pequeno para outra mulher como a velha Suzana que o pega e cuida porque é alguém de seu povo, porque é generosa e conforme Reis (1859, p.67) “E aí havia uma mulher escrava, e negra como ele; mas boa, e compassiva, que lhe serviu de mãe enquanto lhe sorriu essa idade lisonjeira e feliz [...]”.

Maria Firmina por compreender a amargura dos escravos, usa a voz do homem branco pertencente à alta sociedade, para amaldiçoar toda estrutura escravista. Ela escreve: “[...] amaldiçoou em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu

semelhante. ” (REIS, 1859, p. 22). E a autora destaca que: “[...] toda a recompensa será mesquinha para tamanho serviço. ” (REIS, 1859, p.22). Ela vai retratando com uma sutileza em sua escrita a gravidade da situação e colocando dentro da sociedade escravista, que essa não teria condições de recompensar aos negros tudo que lhe foi tirado e todo serviço prestado à força.

Maria Firmina com firmeza denuncia os maus tratos e a crueldade com a qual os homens brancos detentores do capital, seja nos porões dos navios ou nas propriedades em terras brasileiras tratavam os seus escravos sendo homens ou mulheres, subjugando a exaustivas jornadas de trabalho e utilizando as mais variadas formas de torturas contra os mesmos, a autora utiliza da voz de Suzana nessa manifestação:

[...] O comendador P. derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência! E eu sofri com resignação todos os tratos que se dava a meus irmãos, e tão rigorosos como os que eles sentiam. E eu também os sofri, como eles, e muitas vezes com a mais cruel injustiça. (REIS, 1859, p. 71).

Maria Firmina coloca para a sociedade, como os homens livres feitos escravos desejavam viver utilizando da voz de um negro jovem chamado Tulio e de uma negra velha chamada Suzana que demonstram como era a vida no continente Africano, recorrendo as suas lembranças guardadas na mente, na qual ninguém consegue aprisionar:

[...] A mente! Isso sim ninguém a pode escravizar! Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê os areais sem fim da pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando o sol requeima e o vento sopra quente e abrasador: vê a tamareira benéfica junto à fonte, que lhe amacia a garganta ressequida: vê a cabana onde nascera, e onde livre vivera! [...] (REIS, 1859, P.29).

Maria Firmina segue firme em suas denúncias contra o sistema escravista, que aprisionavam homens e mulheres livres e estes para ter essa liberdade de volta precisavam com recursos financeiros comprá-la, para poder se sentir como os pássaros. Como no tributo de saudade narrado pela velha Suzana:

[...] é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... ah! Eu a gozei na minha mocidade! – Continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras,

brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. [...] (REIS, 1859, p.69-70)

Ao defender a liberdade dos escravizados, Maria Firmina dos Reis tinha plena consciência que no modelo de sociedade em que vivia e com a mentalidades dos homens brancos que detinham o poder em suas mãos, os escravizados estavam todos condenados a morte, pois seria impossível pelos próprios meios comprar a tua liberdade sem ter nenhuma fonte de renda.

### 2.1.2 - A feminista

A autora na mesma obra demonstra toda uma sabedoria, usando de pano de fundo, o romance impensável naquela sociedade entre um jovem rico e uma jovem pobre para levantar a bandeira em defesa da vida das mulheres. Demonstrando a situação lastimável em que essas se encontravam, sejam nas relações com o esposo, enquanto viúva ou filhas órfãs. A respeito da senhora Luiza B, “Uma mulher pobre e paralítica”; “essa pobre mulher já estava cansada de tanto sofrer”; “O estado de minha pobre mãe”; “A pobre senhora, vencida pelo muito sofrer”. (REIS, 1859, p.26).

Maria Firmina traz o lado bom das mulheres que os homens não enxergavam ou não queriam ver, destacando a senhora Luiza B, nas palavras do ex-escravo Tulio: “A senhora Luísa B. foi para mim boa e carinhosa, o céu lhe pague o bem que me fez, que eu nunca me esquecerei de que poupou-me os mais acerbos desgostos da escravidão”. (REIS, 1859, p. 69). E na qual o jovem Trancoso que após sofrer um acidente com seu cavalo ficou em sua casa sem a conhecer até se recuperar: “[...] senhora, jamais me esquecerei da franqueza e da bondade com que me acolhestes.” (REIS, 1859, p. 60). E traz ainda a figura da mãe de Trancoso no qual o filho expressa que: “[...] minha mãe era uma santa e humilde mulher. [...]” (REIS, 1859, p. 40).

A autora apresenta como os homens enxergavam as jovens garotas, destacando no decorrer da obra algumas falas: “[...] Úrsula, a mimosa filha de Luísa B., a flor daquelas solidões [...]”; “[...] era bela como a rosa a desabrochar, e em sua pureza semelhava-se a açucena cândida e vaporosa! ”. “Era ela tão caridosa.... Tão bela [...]”. “[...] era ingênua e singela em todas as suas ações; [...]”. “[...] mimosa filha da floresta, flor

educada da tranquilidade dos campos” (REIS, 1859, p 23, 24 e 33). A autora nos questiona, se as mulheres são como a mãe de Trancoso, a jovem Úrsula e sua Mãe, porque os homens as tratam com tanto desprezo e falta de respeito?

Maria Firmina retrata a jornada pesada que as mulheres tinham desde a infância utilizando a voz da menina Úrsula: “[...] está forçada vigília, este lidar de todos os momentos. [...]” (REIS, 1859, p. 27) e inclusive manifesta que elas desejam ser respeitadas e amadas, mas os homens não são dignos de receber este amor. “Úrsula sentia uma vaga necessidade de ser amada, de amar mesmo; mas em quem empregar esse amor [...]”. (REIS, 1859, p. 32).

Maria Firmina denuncia o assédio utilizando a defesa de Úrsula contra o comendador P. Reis: “Abusastes por demais da minha fraqueza. Estou só, o lugar é ermo, tudo vos protege, e vos anima. ” (REIS, 1859, p.79) e a violência doméstica contra aqueles que deveriam cuidar, amar e respeitar as próprias esposas utilizando a voz de Trancoso na defesa da mãe. Sobre a violência doméstica e machismo do esposo, escreve: “[...] nunca pude dedicar a meu pai amor filial [...] que rivalizasse com aquele que sentia por minha mãe, e sabeis por quê? É que entre ele e sua esposa estava colocado o mais despótico poder: meu pai era o tirano de sua mulher [...]” (REIS, 1859, p. 39-40) e a voz da senhora Luiza B contra o próprio esposo. E acrescenta a autora: “Paulo B. não soube compreender a grandeza de meu amor, acumulou-me de desgostos e de aflições domésticas, desrespeitou seus deveres conjugais, e sacrificou minha fortuna em favor de suas loucas paixões. ” (REIS, 1859, p. 62).

A obra Úrsula traz o papel da mulher do ponto de vista dos homens, numa sociedade altamente machista no pensamento do pai de Trancoso:

A esposa que tomamos é a companheira eterna dos nossos dias. Com ela repartimos as nossas dores, ou os prazeres que nos afaçam a vida. Se é ela virtuosa, nossos filhos crescem abençoados pelo céu; porque é ela que lhes dá a primeira educação, as primeiras ideias de moral; é ela enfim que lhes forma o coração, e os mete na carreira da vida com um passo, que a virtude marca. (REIS, 1859, p. 47).

A autora destaca todo sofrimento que as mulheres carregavam silenciosamente em seu corpo e utiliza o jovem Trancoso para demonstrar para a sociedade esta realidade que estava estampada no rosto da senhora Luiza B. Reis: “[...] os sofrimentos

profundos, pungentes e inexprimíveis da sua alma. E os lábios lívidos e trêmulos, e a fronte pálida, e descarnada, e os olhos negros, e alquebrados diziam bem quanta dor, quanto sofrimento lhe retalhava o peito. ” (REIS, 1859, p. 59).

Firmina apresenta a falta de justiça que reinava em sua época dentro da estrutura da sociedade escravista, onde ninguém levantava a voz contra os horrores dos crimes cometidos, ficando a justiça contra os algozes a ser feita após sua morte que na visão da igreja esses queimariam no fogo do inferno, manifestada na fala do padre: “[...] o sangue do inocente condena ao inferno aquele que o derrama: esta mulher não é cúmplice na fuga de vossa desposada. ” (REIS, 1859, p. 113).

Maria Firmina dos Reis foi a primeira escritora negra de que se tem notícia em nossa literatura no século XIX e sua produção ficcional contempla os romances Úrsula (1859) e Gupeva (1861/1862), os poemas de Parnaso maranhense (1861), Cantos à beira-mar (1871) e grande número de outros poemas publicados de forma esparsa, mas contínua, em diferentes espaços editoriais do século XIX, como nos periódicos O Domingo e O País. (p.7) “Destaca-se ainda, sua contribuição na relação entre poesia e música, sobretudo na dicção irônica em Hino à liberdade dos escravos e em Auto de bumba-meu-boi”. (PEREIRA, 2018, p.7)

Maria Firmina dos Reis, de acordo com Pereira:

[...] falecer em 11 de novembro de 1917, na cidade de Guimarães (MA). Negra e bastarda, como ela mesma se definiu, foi professora de primeiras letras na comarca de São José de Guimarães (MA) e procurou a liberdade nas palavras ao produzir obra de forte combate ao período escravista brasileiro. (PEREIRA, 2018, p.8)

Maria Firmina dos Reis, ficou por mais de um século esquecida na literatura brasileira, desafiou a sociedade escravocrata ao levantar os problemas que afligiam a população negra e as mulheres, e que ainda hoje produz efeitos sobre esses dois grupos.

## 2.2 – A SOCIÓLOGA E PSICANALISTA VIRGINIA LEONE BICUDO

Trago a trajetória de vida da socióloga e psicanalista negra “Virginia Leone Bicudo”, a partir da tese da Antropóloga Janaina Damaceno Gomes (2013), “Os Segredos de Virginia: Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955) ”. Segundo Gomes

(2013, p.14), sua tese teve início em um quarto de empregada, e depois em outro e em mais um. Segundo autora, mesmo um quarto de empregada pode ser ressignificado e guarda diversas potencialidades!

Virginia Leone Bicudo nasceu no bairro da Luz na grande São Paulo de 1910, embora dissesse que nasceu em 1915. Seu pai chamava-se, Theofilo, nasceu de “ventre livre” em 08 de janeiro de 1988 em Campinas – SP, recebendo o nome do santo do dia. A mãe de Theofilo, chamava-se Virginia Júlio, mulher negra que fora escravizada e alforriada, sua mãe desapareceu quando ainda era menino. Theofilo foi criado como empregado da casa dos Bicudos. Trabalhou na fazenda de café que pertencia ao coronel Bento Bicudo, um dos maiores produtores de café da região. (GOMES, 2013, p. 43-46).

A mãe de Virginia, chamava-se Giovanna Leone, e chegou ainda nova ao Brasil em 1897 vindo da Itália com seus pais e três irmãos, na travessia do Atlântico a irmã mais nova de Giovanna, veio a falecer. Seu pai se chamava, Pietro Paolo Leone e sua mãe, Aggripina Leone. Ainda bem jovem a mãe de Virginia, começou a trabalhar como criada na casa dos Bicudos onde conheceu Theofilo. Sendo que em 1905 com 17 anos de idade Theofilo casa-se com Giovanna Leone e tiveram seis filhos. (GOMES, 2013, p. 46).

Theofilo pai de Virginia percebeu o peso e a importância de um sobrenome dentro de uma sociedade altamente hierarquizada e em 05 de março de 1915 recebe o sobrenome de seu padrinho Bento Bicudo, passando a assinar Theofilo Júlio Bicudo. Sendo assim, estabeleceu uma parentela fictícia entre eles. E quais significados isso teria? Quem era o pai de Theofilo? Janaina questiona: qual o peso de um nome italiano no contexto da recém imigração e da exclusão de determinados grupos étnicos? “Sobretudo os negros”. (GOMES, 2013, p. 47).

O pai de Virginia, Theofilo era um homem correto e sonhava em fazer medicina. Tendo uma das melhores notas do Ginásio do Estado, foi impedido por um professor de entrar na faculdade porque aquele não era um lugar para pretos. “Virginia, Leone e Bicudo eram três nomes que circulavam pelo mesmo espaço social, o da fazenda, exercendo papéis distintos (o escravo, o imigrante, o dono das terras)”. O nome de Virginia Leone Bicudo, encontra-se disposto dentro de uma “cadeia evolutiva”: da escrava Virginia ao cidadão Bicudo, tendo como elo o imigrante Leone ainda

desconhecido. Seu nome é uma referência à avó não conhecida e o sobrenome a aspiração de um lugar social. (GOMES, 2013, p. 47-49).

Virgínia, com pouco menos de 11 anos, em 20 de dezembro de 1921 foi aprovada para uma vaga na escola do Braz, tendo pela 1ª vez o seu nome na imprensa. Virginia em sua infância era tratada como uma “negrinha pobre” e agredida pelos colegas da escola que a seguia gritando 'negrinha, negrinha'. Seus pais recomendavam ser aplicada nos estudos para não ser prejudicada por causa da cor. (GOMES, 2013, p. 42 e 49).

Em 1930 com 20 anos de idade ela se forma, ao concluir o 5º ano Mixto, [sic] sendo que neste ano seu pai Theofilo Bicudo veio a falecer. [...] em 1936 ingressa na Escola livre de Sociologia e Política (ELSP) e em 1938 conclui o curso sendo a única mulher a obter o bacharelado em Ciências Políticas e Sociais. Virginia fez sociologia, pois queria entender porque tinha tanta dor, sofrimento, acreditando que o motivo seria exterior a sua pessoa. Durante o curso ela descobre que sua resposta estaria na psicanálise e não na sociologia ao ter contato com a obra de Freud. Virginia acreditava que uma incursão via a psicanálise e a psicologia social colocaria a temática sobre o negro em outro nível e na qual poderia mostrar como o preconceito racial opera na vida psíquica das pessoas e o impacto de inferioridade no cotidiano. (GOMES, 2013, p. 49-50).

Em 1945, com 35 anos de idade, Virginia se formou no mestrado em Ciências Políticas e Sociais pela Escola Livre de Sociologia e Políticas (ELSP), tornando-se uma das primeiras mestras em sociologia no Brasil. Escreveu a primeira tese sobre relações raciais: Estudos de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. Tendo como orientador Donald Pierson”. (GOMES, 2013, p. 16).

Virginia Bicudo teve uma experiência “hostil” nas ciências sociais como as de outras antropólogas e sociólogas negras, [...] como Anna Julia Cooper – primeira americana a se graduar e obter um doutorado em sociologia em (1924) que nos auxiliam a pensar na intersecção entre cor e gênero na construção de uma história intelectual de mulheres negras nos estados unidos. Virginia não chegou a ir aos Estados Unidos, tinha medo de ser discriminada, pois no país vivia sob o jugo da segregação racial. (GOMES, 2013, p. 29).

Virginia junto com as antropólogas Katherine Dunham e Ellen Irene Diggs que elegem o Brasil como um de seus campos de pesquisa, vão conceber um contra discurso a ideia de democracia racial brasileira a partir da experiência de seus corpos na cidade de São Paulo. Ellen Irene Diggs fazia trabalho de campo, ao vir ao Brasil, foi barrada no hotel Serrador, no rio de Janeiro. Ela não conseguiu compreender o preconceito num país com sangue mestiço. Diggs ao retornar aos Estados Unidos ela escreve que a situação racial latino americana era de um “paradoxo sem lógica”. E falando que no Brasil embora não se tinha segregação os negros eram subalternizados no mercado de trabalho e na educação. (GOMES, 2013, p. 30-31).

Assim como Diggs, Dunham foi também barrada em hotel, o Esplanada em São Paulo, e teve a mesma desculpa dada pelo historiador Matta, excesso de cordialidade. E esses dois atos discriminatórios acabaram dando origem a Lei Afonso Arinos (1951) que transformou o racismo em crime. Segundo (GOMES, 2013, p.35), Larkin mostra que o projeto que transformou o racismo em crime “já tinha sido apresentado em manifesto pela Convenção Nacional do Negro Brasileiro em 1948.

Virginia era uma mulher da cidade, da metrópole, circulava nas ruas como educadora sanitária, visitadora psiquiátrica, conhecendo tanto o centro de São Paulo quanto sua periferia. Seu trabalho focava ao ajustamento dos indivíduos e das “crianças problemas” ela buscava estabelecer a relação causal entre os problemas das crianças e as relações sociais. Na década de 40 e 50 os indivíduos brancos estão no centro e os indivíduos negros estão na periferia, eram dois mundos num mesmo espaço. Virginia tornou-se famosa e com a psicanálise ficou rica. Fez programa de rádio que foram de grande sucesso. Rádios novelas onde analisava situações cotidianas de tensão familiar, sendo que quem mais pediam orientações sobre esses problemas eram os homens. (GOMES, 2013, P. 61).

A trajetória de Bicudo revela processos como o da profissionalização feminina pelo magistério e pela formação como educadora sanitária, o ingresso de mulheres no ensino superior, trajetórias de ascensão social de famílias negras e mestiças. Ela foi educadora sanitária, visitadora psiquiátrica, assistente social psiquiátrica, visitadora social, psicologista, socióloga e psicanalista. Sendo pioneira em quase todas as profissões. Virginia foi uma das primeiras professoras negras no ensino superior brasileiro em 1945. (GOMES, 2013, p. 25, 52 e 57).

### 2.3 - O PERCURSO DA HISTORIADORA MARIA BEATRIZ NASCIMENTO

Apresento neste subcapítulo, a partir da obra do professor, geógrafo e antropólogo brasileiro, Alex Ratts - “Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento” - de 2006, um pouco da trajetória desta historiadora e professora negra. Como o próprio autor a define, trata-se de: “Mulher, negra, nordestina, migrante, professora, historiadora, poeta, ativista, pensadora”.

Maria Beatriz do Nascimento nasceu em Aracaju, Sergipe, em 12 de julho de 1942, filha de Rubina Pereira do Nascimento, “dona de casa”, e Francisco Xavier do Nascimento, pedreiro, sendo a oitava entre 10 irmãos (ãos). Aos 7 anos migrou com a família para o Rio de Janeiro no final do ano de 1949. A família se instalou em Cordovil, subúrbio do Rio de Janeiro. (RATTS, 2006, p. 27).

Em 1954 estando morando em Cordovil, Beatriz relembra da intenção de seus pais quando saíram de Sergipe:

E nós viemos de Sergipe com uma intenção de meus pais de que nós crescêssemos. Vir para a cidade grande. É a grande dinâmica da migração. Nós estamos aqui em Cordovil, mas o ambiente em que nós vivemos até então é uma recuperação do passado, da vida que nós vivíamos em São Paulo, É [sic] canavial... E todas as plantas e tudo o que a gente tinha contato lá. (RATTS, 2006, p.27).

O nome próprio Beatriz é originário do latim Belatrix e significa “bem-aventurada”, e em 1966 com 44 anos de idade, pensando nas origens e no significado de seu nome ela registra em um poema, na qual propõe à estrela Belatrix, da constelação de Orion, que troque de lugar com ela e indaga qual das duas merece “brilhar por tempo infinito”. Supondo a negação daquela que contém as letras de seu nome, ela sonha com aquisição de parte desse brilho e acompanha “o silêncio da solidão” desse astro. (RATTS, 2006, p. 34).

Em 1968 inicia o curso de História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) concluído em 1971, nesse período ela é ao mesmo tempo, mulher negra acadêmica, estudiosa, pesquisadora, ativista e autora. Realiza seu “estágio em Pesquisa no Arquivo Nacional, com orientação do historiador José Honório Rodrigues”. Tornando-se professora de História da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro após sua

formação. “Como pesquisadora procurou continuar sua carreira acadêmica, em nível de pós-graduação na UFF”. (RATTS, 2006, p. 27).

Participando do grupo de ativistas negras (os), Beatriz contribui na formação de vários núcleos de estudos no estado do Rio de Janeiro e entre eles na formação do Grupo de Trabalho André Rebouças na Universidade Federal Fluminense. (RATTS, 2006, p. 37).

Em maio de 1975 o Grupo de Trabalho André Rebouças, organiza a Primeira Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira, no Instituto de Ciências Humanas de Filosofia da Universidade Federal Fluminense e na qual Beatriz Nascimento tornara-se orientadora do grupo na UFF composto de alunos dos cursos de História, Geografia, Ciências Sociais, Química e Física. (RATTS, 2006, P. 37).

Beatriz Nascimento realizou duas viagens à África com a intenção de conhecer parte do continente africano, uma para Angola, mais precisamente para conhecer territórios de “antigos quilombos” africanos e outra para o Senegal. E em outubro de 1977, Beatriz participa como conferencista, na Quinzena do Negro, realizada na Universidade de São Paulo, em processo de reconhecimento público de seus estudos acerca da questão étnico-racial, em especial dos quilombos. (RATTS, 2006, P. 28).

Em 1978, ano da fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, Beatriz dava início ao curso de especialização (pós-graduação *latu sensu*) em História. (RATTS, 2006, p. 43).

Beatriz participa de entrevistas a jornais de circulação nacional (Suplemento Folhetim da Folha de São Paulo), teve artigos publicados em periódicos relevantes: Revista Cultura Vozes, Estudos Afro-Asiáticos e Revista do Patrimônio Histórico. Entre esses artigos se destaca: A mulher negra no mercado de trabalho (1976); por uma história do homem negro (1974); negro e racismo (1974); Nossa democracia racial (1977); Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso (1982); O conceito de quilombo e a resistência cultural negra (1985); daquilo que se chama cultura (1986); A mulher negra e o amor (1990). (RATTS, 2006, p. 27-28, 93 e 98, 102, 106, 109, 117, 125 e

126). Beatriz Nascimento também compôs o Conselho Editorial do Boletim do Centenário da Abolição e República, no qual era responsável pelas entrevistas. Ela tem ainda em seus arquivos dezenas de poemas não publicados (RATTS, 2006, p. 28).

Beatriz Nascimento realizou diversos trabalhos destacando:

[...] sendo o mais conhecido e de maior circulação trata-se da autoria e narração dos textos do filme Ori (1989), dirigido pela socióloga e cineasta Raquel Gerber. Essa película documenta os movimentos negros brasileiros entre 1977 e 1988, passando pela relação entre Brasil e África, tendo o quilombo como ideia central” (RATTS, 2006, p. 28).

A fértil carreira da pesquisadora Beatriz Nascimento não implicou em que se tornasse uma “autora” para os círculos acadêmicos hegemônicos que estudam relações raciais. Ratts destaca que vários dos presente a quinzena do Negro em 1977 se configuraram como acadêmicos (as) e intelectuais negros (as) em emergência, no período posterior a Quinzena do Negro, entre eles Eduardo Oliveira e Oliveira e Hamilton Cardoso. (RATTS, 2006, p. 28).

Na obra Ratts salienta que Beatriz é uma mulher negra, nordestina, ativista que se torna pesquisadora e elabora um pensamento próprio nos parâmetros acadêmicos, a partir de sua experiência de vida pelo espaço que ocupava e circulava fora do muro da universidade. Uma mulher negra pesquisadora jamais é imperceptível no campus, mas talvez o seja nesse campo enquanto autora. De acordo com Ratts:

Podemos considerar que a invisibilidade da mulher negra no espaço acadêmico também se consolida porque o seu outro (homem branco, mulher branca ou homem negro) não a vê nesse ambiente e nem mesmo trilhando esse itinerário intelectual. Qual o tempo que as mulheres negras têm para ler? A que leituras que se dedicam? E perguntamos enfim: quantas possuem condições para adentrar na universidade? Destas, quantas se tornam pesquisadoras, professoras e intelectuais? (RATTS, 2006, p.29)

Ratts traz o depoimento de Célia Regina falando de sua aproximação com a pesquisadora em foco quando esta cursava a pós-graduação na UFRJ:

(...) [sic] passei a conhecer um pouco da mulher batalhadora, incisiva, tensa, voraz nas palavras e pensamentos e uma companheira como tanto eu vislumbrara ter entre as mulheres negras e intelectuais. Isto porque no universo acadêmico somos raras – ainda que em ascensão – como dizem os números das pesquisas relativas ao negro e à educação. (RATTS, 2006, p. 29-30).

O esquecimento de Beatriz Nascimento por parte da academia está posto numa relação de poder, onde setores hegemônicos ainda não aceita a inserção do homem negro e da mulher negra na cadeia produtiva de formulação de pensamento e conhecimento. Para (RATTS, 2006 p.31) “No entanto, é perceptível como a produção acadêmica desses (as) pesquisadores (as) negros (as), incluindo Beatriz Nascimento, foi recusada ou refutada indiretamente por seus ‘pares’ acadêmicos até o final da década de 1990”.

Beatriz Nascimento faleceu em 31 de maio de 1995 quando estava cursando mestrado na UFRJ com orientação do comunicólogo negro Muniz Sodré, após sua morte, entre 1995 e 2004 ela será lembrada, sobretudo por pesquisadores (as), intelectuais e/ou artistas ativistas vinculados aos movimentos negros, ganhando a visibilidade que não teve em vida. Seu orientador Muniz Sodré retrata que Beatriz:

Beatriz Nascimento foi uma dessas pessoas atravessadas pela angústia daquele famoso “resíduo insolúvel” no processo da modernidade, sobre o qual sociólogos vivem construindo suas teses. Eu a conheci de perto, percebi que ela sabia e sentia que, no resto insolúvel, parece jogar um certo destino, inaceitável para a consciência da pessoa. (RATTS, 2006, p.32).

Ratts nos provoca acerca de Beatriz Nascimento:

Mulher, negra, nordestina, migrante, professora, historiadora, poeta, ativista, pensadora: qual o seu lugar – em seu tempo – para a academia e para os movimentos negros? [...] A recusa em ocupar o lugar social determinado para as mulheres negras na estrutura social brasileira, racista e sexista, lhe levou a experimentar um outro lugar de fala – pessoal, acadêmico e político. (RATTS, 2006, p.33).

Ratts salienta que Beatriz deu grande contribuição para a nossa sociedade com suas pesquisas acerca dos quilombos, o filme Ori e a construção pessoal e identitária de uma mulher negra. Essa contribuição teve também, reconhecimento no mundo do samba quando o Bloco Afro Ilê Aiyê a homenageia no carnaval de 1997 em seu enredo com o tema: Pérolas Negras do Saber. Brindando o povo de Salvador e do mundo com a trajetória dessa pesquisadora de sua origem a morte. (RATTS, 2006, p.32).

Beatriz Nascimento levanta algumas bandeiras de luta em sua trajetória em que: Propõe que a “História do Homem Negro” fosse também escrita por negros (as), a partir do momento que “um jovem intelectual branco que estuda ‘cultura negra’ diz ser ‘mais preto do que ela’, o que a leva a indagar, então: “o que é que eu sou? Beatriz

demarca seu pensamento: “Pensa ele que basta entender ou participar de algumas manifestações culturais para se ser preto: outros pensam que quem nos estuda no escravismo nos entendeu historicamente. ” (RATTS, 2006, p. 38).

Beatriz Nascimento argumenta que ser negro é: “Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, a prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo. (RATTS, 2006, p.39).

Em 1976 Beatriz põe em questão a ideia de cultura negra, muito cara aos estudos “sobre o negro”: “Existe uma cultura realmente histórica e tradicional que seria a cultura de origem africana e uma outra cultura também histórica, mas que foi forjada nas relações entre brancos e negros, no Brasil”. (RATTS, 2006, p.40). Segundo Ratts (2006, p.41), Beatriz retrata ainda que: Quando cheguei na universidade a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo. Como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra pra [sic] fazenda e pra [sic] mineração.

O sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira toma Beatriz como exemplo do que aqui denomino de processo de formação do (a) intelectual negro (a) e de seu posicionamento diferenciado na academia. Segundo Eduardo Oliveira esse processo era: “para que se formem como Beatriz, que passou por aqui, para ir ao quilombo, a favela ou seja lá o que for, e dar os seus ensinamentos” (RATTS, 2006, p. 41 e 42). Enquanto pesquisadora seus interesses priorizavam, os estudos históricos e da cultura, adentrando pela antropologia, filosofia, psicologia e psicanálise, história da arte, literatura, cinema e mídia e, “obviamente”, movimentos negros, escravidão, quilombos e relações raciais. Beatriz apostou na tarefa de construir um discurso próprio, deslocando em sua trajetória o lugar social da mulher negra no Brasil. (RATTS, 2006, p. 44).

Beatriz realiza a opção dos assuntos abordados em sua pesquisa e escrita a partir de sua experiência de vida marcada pelas fortes desigualdades sociais, sendo que a vida não era nada fácil para os negros e aos 12 anos de idade ela ainda criança já percebia

isso, como já relatado quando ela lembra porque saiu de sua terra natal. Sua escrita traz o “seu pensamento a respeito do racismo” no qual “ela denomina de ‘um emaranhado de sutilezas’ que, conforme escreve Ratts: “Quer dizer, tratado como velado ou mesmo inexistente, o racismo no Brasil se mostra como uma sofisticada rede de pensamentos e ações, que varia para determinados contextos”. O autor ainda salienta: “o racismo é uma experiência que retira o sujeito de si mesmo, anulando-o em vida, segue o indivíduo negro desde a infância”. (RATTS, 2006, p. 45 e 48).

Beatriz de maneira especial priorizou o debate sobre quilombos e para ela, segundo Ratts:

Para ela, o quilombo, especialmente Palmares, podia ser considerado um projeto de nação, protagonizado por negros, mas incluindo de outros setores subalternos. Quando assume a vertente ideológica do termo, ela o estende seu significado para abranger um território de liberdade, não apenas referente a uma fuga, mas uma busca de um tempo/espaço de paz. (RATTS, 2006, p. 59).

Para Beatriz Nascimento o corpo negro se constitui e se redefine na experiência da diáspora e na transmigração. Ela cunhou o termo transmigração para explicar a mobilidade, em geral forçada, da população negra, de África para a América e dentro do Brasil, entre o rural e o urbano, entre o Nordeste e o Sudeste. Ela está inserida nesse contexto, é mulher negra nordestina vivendo no Sudeste. (RATTS, 2006, p. 65).

Como mulher negra, (p.74) Beatriz se dedica as questões que afligia esse grupo discutindo a relação da mulher negra e o mercado de trabalho, analisando obra de arte como o filme Xica da Silva que é eficaz na reprodução de estereótipos racialistas e sexistas. (RATTS, 2006, p. 75).

Beatriz, como era de seu feitio, mais uma vez desafia o “emaranhado de sutilezas” do racismo em sua combinação com o sexismo e sugere um outro significado para o amor em que as relações raciais e sociais estão presentes. Ela foi reconhecida em vida, através da publicação de seus escritos, dos convites para palestras, das premiações de Ori e também pela outorga do título Mulher do Ano, em 1986, pelo Conselho Nacional da Mulher Brasileira. [...] ela pretendia continuar a pesquisa acerca de quilombos com o foco nas mulheres quilombolas. (RATTS, 2006, p. 76).

Para Ratts, autor dessa obra ao pensar em Beatriz Nascimento, o termo multimídia lhe representa adequadamente?

Historiadora, pesquisadora, pensadora, escritora, poeta, narradora... Imagino Beatriz serena, irada, cansada, alegre, pensativa, disposta... A grandeza da alma de uma pessoa, em contraposição à vida breve desses indivíduos significativos que se constituíram como "individualidades fortes", nos leva a equações de aparente incongruência. Que Beatriz Nascimento seja referência "intelectual ativista insurgente", mas também passível de crítica. Que seja uma imagem de mulher negra, quase ícone, uma estrela negra e que possa estar próxima. Que Beatriz seja o que foi em sua existência humana: demasiado humana. Que sua noite "não adormeça em nossos olhos", a exemplo do que nos solicita o poema de Conceição Evaristo, a ela dedicado. (RATTS, 2006, p. 79).

#### 2.4 – A PROFESSORA QUILOMBOLA VERENA LEITE DE BRITO

Destaco neste trabalho a trajetória da professora "Verena Leite de Brito" evidenciada na obra "Viva Bela Verena: a saga de uma professora negra na memória de uma comunidade da mesma cor" de Marlene Gonçalves (2000).

Verena Leite de Brito nasceu em Vila Bela da Santíssima Trindade, no estado do Mato Grosso em 13 de setembro de 1919. Filha de Anselma Cruz Ribeiro e Nilo Leite Ribeiro. Seus pais rompem com a tradição ao escolherem para ela um nome que não estivessem ligação com um santo. O nome Verena foi escolhido, pois si aproximava a primavera "estação das flores" e Verena é uma das flores mais belas e resistente dessa estação, e isto era o que seus pais desejaram para a filha, que além de bela, fosse forte e resistisse as situações difíceis que teriam de enfrentar, assim como as que eles certamente enfrentaram, pois havia apenas 31 anos da assinada lei da abolição em 1988 e o futuro era incerto para a população negra.

Segundo (GONÇALVES, 2000, p.26) "[...] Vila Bela foi fundada em 1748 por uma decisão política de Portugal como estratégia de assegurar para a Corôa a posse de terras Amazônica". Ainda de acordo com (GONÇALVES, 2000) a sociedade brasileira a época de sua construção, era uma sociedade escravocrata cabendo aos negros o trabalho pesado para a edificação da cidade, tendo os trabalhadores com mão de obra especializada vindo de São Paulo.

Segundo (GONÇALVES, 2000), a cidade de Vila Bela a partir de 1835 teve seu espaço ocupado e reconfigurado pela população negra, pois os brancos com a elevação de Cuiabá a condição de capital do estado de Mato Grosso, deixaram a cidade, tornando Vila Bela uma cidade de negros o que pendurou até meados da década de 70. Os negros viram na saída dos brancos a possibilidade de viverem livres, como viveram seus antepassados na África e esse conhecimento de sua história era passado de forma oral.

Os negros de Vila Bela passam um novo processo de construção social e reafirmam sua identidade étnica enquanto comunidade. De acordo com (GONÇALVES, 2000, p.29) “A comunidade étnica constitui-se mediada pela família, instituição valorizada pelos negros, norteadada pela solidariedade, reciprocidade e cooperação presente no cotidiano de Vila Bela dos Pretos”.

Em Vila Bela, não havia escola e para ter acesso aos estudos era preciso ir para Guajará-Mirim, localidade onde se tinha a escola que atendia a região e nem todos tinha essa possibilidade, ficando a escolha às famílias de maior influenciam na cidade. Segundo (GONÇALVES, 2000), o Bispo Dom Rey, tinha uma visão diferente nos aspectos da fé e no serviço que a igreja deveria ter junto a população, ele se preocupava com o trabalho comunitário e social, daí escolhia as mulheres para estudarem fora na perspectiva de que essas retornariam as suas comunidades de origem e ali prestassem um serviço nesse aspecto destacando o serviço como professora e enfermeiras, com esse intuito em 1933 Verena deixa Vila Bela e vai estudar em Guajará-Mirim, retomando em 1939 quando havia completado os estudos. Estando em Vila Bela se torna professora na Escola Rural Mista Santa Terezinha, fundada em 02 de maio de 1939, rompendo com uma tradição na comunidade onde o estudo se dava por divisão dos sexos, com turmas específicas para meninas e meninos, o rompimento se dá com a criação de turma mista. Conforme Gonçalves:

[...] A implantação de classe mista em Vila Bela é feita exclusivamente pela jovem Verena, pois os professores Teodora da Cruz Geraldês e Bruno Profeta da Cruz, continuam a regência de classe dividindo sexo: Teodora com as meninas e Bruno com os meninos. [...] (GONÇALVES, 2000, p. 48).

Verena também rompe com a prática da violência respaldada pelos pais, contra os alunos com o uso da palmatoria para que os mesmos fossem castigados. De acordo

com (GONÇALVES, 2000, p.53), “Ela exclui de sua prática pedagógica à palmatória, instrumento que demonstrava poder e autoridade que o professor tinha perante seus alunos e seus pais”. Para Verena a escola não podia reproduzir a violência e nem ficar subordinada à ideologia dominante do branco.

Verena em sua trajetória de vida desempenhou com brilhantismo o papel de professora em seu jeito de ensinar que segundo (GONÇALVES, 2000, p.48) “[...]. Todos tinham que aprender a ler e a escrever, escrever com correção, saber fazer as quatro operações o nome das capitais dos estados da federação. Este ensinar se dava com autoridade. Autoridade que se efetivava na maneira como Verena construía as relações de um com o outro, na base do respeito, do carinho e da ternura. Ainda segundo a autora (2000, p.53) “[...]. Como professora procurou primeiramente respeitar a individualidade de cada um”.

A forma de alfabetizar de Verena equilibrava os conteúdos previstos na orientação governamental com os saberes da cultural local de seu povo no tocante a sua etnia, a diversidade cultural e outros, pois entendia que a formação deveria ser para a vida na comunidade e em comunidade. De acordo com (GONÇALVES, 2000, p.55) “[...] Verena exerceu como ninguém o seu papel de educadora: sabia lidar com a criançada. Envolveu a todos no fortalecimento da reciprocidade, valores da tradição de sua gente e de sua cultura”. Ainda segundo a mesma autora (2000, p.47) “[...] A própria comunidade reconheceu no ensino ministrado por Verena, um meio de resistência”. Na concepção de Verena, segundo (GONÇALVES, 2000, p. 59), “[...] Ser professor era, na sua experiência pessoal, superar limites, ampliar horizontes, abrir-se ao mundo sem perder a identidade de ser negro em Vila Bela, sua comunidade amada que lhe ensinara a reciprocidade”.

Verena passou a se chamar Verena Leite de Brito, de acordo com (GONÇALVES, 2000, p,58) quando “[...] casou-se com o senhor Germando Fernandes de Brito, passando a chamar-se Verena Leite de Brito. Teve sete filhos, cinco homens e duas mulheres”.

Fazendo valer da força de seu nome quando seus pais escolheram a flor mais forte e resistente da primavera, Verena enquanto cidadã, segundo (GONÇALVES, 2000),

assume a secretaria da prefeitura, quando os homens não viam a importância dessa instituição para a vida da comunidade nas relações com o estado, estar na prefeitura era meio de se manter a resistência e a luta por melhores condições de vida para o seu povo.

Após sua morte, os professores negros incentivaram a comunidade que segundo Gonçalves:

“[...] forçaram seus representantes políticos a mediar junto ao governador, a substituição do nome da Escola Estadual de 1º Grau "Dr. Fernando Correia". Com o decreto-Lei nº 1.691, de 28 de dezembro de 1978, o Ato Governamental formaliza e efetiva a substituição, passando a Escola a se chamar “ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU “VERENA LEITE DE BRITO” em homenagem a quem tanto lutou por sua consolidação. (GONÇALVES, 2000, p.105)

Ao longo da trajetória de Verena a obra de (GONÇALVES, 2000) traz algumas expressões que as pessoas da comunidade de Vila Bela foram atribuindo a ela diante das funções que desempenhou e de sua personalidade tais como: “rezadeira”, “enfermeira”, “a primeira professora da comunidade”, “uma mulher ética”, “uma líder”, “professora por excelência”, “ela sabia ensinar”, “uma professora lutadora”.

A trajetória de vida de Verena presente na memória de uma cidade de indivíduos da mesma cor a situa como um referencial étnico em vida, na qual será divinizada após sua morte e na qual segundo Gonçalves:

“Verena é um ancestral mítico que continua vivo através de uma admiração afetuosa, uma ligação que parece ainda no tecido quebrado. Ancestral cultuado nas casas, através de fotos entronizada na parede das salas, através de exemplo modelar oferecido aos mais jovens pelos mais velhos”. (GONÇALVES, 2000, p.84).

### **CAPÍTULO 3 - DUAS PROFESSORAS NEGRAS: MEMÓRIAS DAS TRAJETÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO, MILITÂNCIA RELIGIOSA E POLITICA E IDENTIDADE**

No presente capítulo, descreverei e analisarei as trajetórias de duas professoras negras que conciliaram estudos, trabalhos e militância religiosa e política nos seguintes campos: a militância na Pastoral da Juventude e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) da Igreja Católica; o engajamento político no Partido dos Trabalhadores (PT) e a atuação em uma das organizações de movimento negro, nos Agentes de Pastoral Negros (APN's). Além de descrever essas trajetórias, no capítulo

analisarei os temas da memória e da identidade a partir das narrativas de vida dessas duas professoras.

### 3.1 - TRAJETORIA DA PROFESSORA MARCIA MARIA RANGEL MONTEIRO



Foto do arquivo pessoa de Marcia Maria Rangel Monteiro

A professora Marcia Maria Rangel nasceu em casa no dia 31 de maio de 1961, no bairro Toca, hoje bairro Divino Espírito Santo, no município de Vila Velha. Em 1962 nasceu seu irmão Almir, em 1966 seu irmão Eli e em 1970 sua irmã Marli. A casa em que ela e sua família morava era de estuque. Essa casa tinha um assoalho alto, onde debaixo dele Marcia brincava de casinha, esse espaço de moradia foi cedido por um amigo de seus pais.

A cidade de Vila Velha até meados da década de 50 era um grande areal, cortada por vários rios e cheia de lagos, imprópria para a construção de moradia devido às constantes cheias. A fazenda “Toca”, de acordo com dizeres de Sr. A. (apud CELANTE; SATHLER; DA-SILVA-ROSA, 2015, p.12), “[...] tinha um grande alagado, que foi aterrado e transformou-se no bairro Divino Espírito Santo [...]”, periferia do município onde as pessoas com menor condições econômicas foram fixando suas residências.

Seu pai chama-se Moacyr Pinto Rangel e nasceu em 12 de janeiro de 1935 e sua mãe, Ormi Coutinho Rangel, nascida em 28 de novembro de 1935. Os pais de Marcia nascem num período que conforme análise de Domingues:

“No período de 1889 a 1937, new Bojo de uma conjuntura internacional marcada pelo movimento nazifascista, as organizações negras

protagonizavam uma luta pela inclusão social do negro de caráter assimilacionista, com uma postura ideológica nacionalista, distante dos símbolos associados à cultura negra, e cuja superação do racismo dar-se-ia pela via educacional e moral dos negros, com viés capitalista e burguês”. (DOMINGUES, apud FORDE, 2018, p.33).

Seus avós maternos moravam bem próximos, suas origens eram da região de Amarelos, localizado no município Guarapari, no ES. Seu avô materno chamava-se “João Felix da Rocha Coutinho” uma pessoa excelente, brincalhona, piadista, perto dele você não ficava sem dar uma gargalhada, uma risada, porque ele sempre provocava uma situação para você rir, uma pessoa que Marcia tem em sua memória até hoje, uma pessoa híper descontraída, um cara negro, baixinho, pequenininho, magrelinho, mas era, uma excelente pessoa e faleceu cedo.

Sua avó materna, se chamava “Jocelina Gomes Coutinho”, popularmente conhecida por Celina. Sua avó era benzedeira, benzia muita criança, muita gente, tinha dia que sete horas da manhã, já tinha gente lá na porta, chamando para ela benzer, vindo a falecer aos 73 anos de idade vítima de um infarto.

A bisavó materna se chamava Maria, tendo nascida livre em 1878, pois vigorava no Brasil a lei do Ventre Livre, também conhecida como lei Rio Branco. Uma negra de cor firme que viveu os 10 primeiros anos de sua vida no período da escravidão. Mesmo após a chamada abolição da escravatura a população negra ficou subjugada a miséria e abandonada pelo poder público. De acordo com o texto base da campanha da fraternidade (CF) (1988, p.5) “a população negra, durante quase 400 anos submetida à escravidão e depois da lei Aurea (1888) mantida em sua grande maioria marginalizada e descriminalizada”. Quando sua bisavó veio a falecer tinha 103 anos de idade, em 1981 ocasionada por uma queda no qual quebrou o fêmur. Sua avó paterna se chamava “Maria”, era uma senhora branquinha e baixinha, o seu avô paterno se chamava “Juvêncio”. Ela não o conheceu. Marcia destaca que a relação mais próxima que ela tinha, era com a família de sua mãe. Ela salienta que “a gente peca muito em não registrar, de guardar só na memória. E às vezes as coisas se perdem”. (MONTEIRO, 2020).

### 3.1.1 - A infância

Marcia teve uma infância curta, porém muito bem vivida, com vários coleguinhas, onde brincavam de casinha debaixo do assoalho da casa de estuque, jogava bolinha de gude, jogava queimada, pois a casa tinha um quintal e nele muitas árvores. Nesse quintal havia um pé de ingá enorme e um pé de jamelão onde ela tinha um grupinho de colegas que subia no pé de jamelão, subia no pé de ingá, sendo assim sua infância neste lugar. Foi o tempo que conseguiu vivenciar a infância, de poder brincar, de poder subir nos pés de árvores, de poder participar de uma vida saudável de criança.

Seus avos moravam perto de sua casa. Ao conversar com Marcia, percebi em teus olhos a emoção e saudade em recordar esse período de sua vida. Esta etapa de ser criança, de brincar, de vivenciar tudo isso foi de pouca duração, pois aos sete anos de idade, sua família mudou deste lugar para o bairro de Itapuã no mesmo município, após o dono do terreno solicitar o mesmo. O padrinho de sua mãe, chamava seu Astrogildo Setúbal, que dou um pedaço de terra para ela em Itapoã, onde construíram um barraquinho de madeira que foram morar.

### 3.1.2 - A vida parece que virou de cabeça para baixo

Morando em Itapuã, sua vida tem uma reviravolta, “parece que virou de cabeça para baixo” (MONTEIRO, 2020). Marcia era muito próxima de sua mãe e acompanhava todas as dificuldades e sofrimentos que esta passava neste local. Mesmo sendo criança na idade, no corpo e na mente, ela tem mais responsabilidade e algumas preocupações. Com apenas 11 anos de idade Marcia se transforma em uma menina adulta, pois vai trabalhar em casa de família, e com 12 anos já não dava para conciliar os estudos de dia e trabalhar ao mesmo tempo, precisando estudar no turno da noite. Em 1977, com 16 anos de idade sua mãe veio a falecer, sendo a causa da morte dada como anemia falciforme. Sua mãe era lavadeira e deixou 04 filhos, sendo Marcia a mais velha, Almir com 15 anos, Eli com 11 anos e Marli com 07 anos de idade. Com 15 dias passado do falecimento de sua mãe, seu pai inventou de botar uma mulher dentro de casa e diante de tudo que ela acompanhava, não aceitou do pai trazer outra pessoa para conviver com ele, dentro da casa que sua mãe vivia, e que foi conquistada por ela, tendo sua avó paterna e uma tia paterna ficado contra ela.

Com a atitude da filha, o pai simplesmente os deixou por conta própria. Diante da partida de sua genitora e da não participação do pai, que se omitiu, deixando os de lado, Marcia assume a responsabilidade de terminar de criar os irmãos e sustentar a casa, até que cada um atingisse a sua maior idade ou tomar seus próprios caminhos. A Marli que era a irmã mais nova, seu tio Manoel Rangel e tia Neta (apelido), tia de consideração, pediram para que Marli que tinha apenas 07 anos ficasse morando com eles, no qual assumiram a responsabilidade de cuidarem dela. Permanecendo na casa Marcia os irmãos e o pai, mas esse sem assumir nenhuma responsabilidade com os filhos no tocante ao sustento. “Foi um período de muita dificuldade, de muita luta, de muito trabalho em casa de família, para poder manter alimentação, material escolar e manter tudo” (MONTEIRO, 2020).

### 3.1.3 Comunidade de base

Após a perda de sua mãe e seu pai não querer que ela continuasse os seus estudos, Márcia viu no convite de Dona Dirce, uma vizinha, a oportunidade para participar em uma Comunidade Eclesial de Base da Igreja Católica que estava se formando em seu bairro, a comunidade Cristo Rei<sup>1</sup>, e para fazer novos amigos. Era uma época da formação das Comunidades Eclesiais de Base. De acordo com Altoé:

“As CEBs são o espaço da celebração da vida, da caminhada, são o espaço de amadurecimento da fé, de aprofundamento da espiritualidade libertadora e da mística que vai impulsionar o jovem na inserção cada vez maior em seu meio social e nas organizações populares que buscam uma nova sociedade” (ALTOÉ, 1991, p.12-13)

No bojo dessa organização com muito trabalho, foi quando Marcia começou a participar da comunidade, das celebrações e nesta comunidade ela inicia no grupo de jovens e depois em uma organização mais ampla de jovens da Igreja Católica denominada Pastoral da Juventude (PJ). “Nós formamos um grupo, depois desse grupo, surgiu um grupo de coordenação de setor<sup>2</sup> que aí se reunia no santuário”,<sup>3</sup> onde ela também participou. Ela chegou a participar da coordenação da área<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Fica próxima a subida da 3ª ponte, sentido Vila Velha - Vitória

<sup>2</sup> Setor é a organização que compreendia as comunidades pertencentes ao conjunto de uma paróquia.

<sup>3</sup> Igreja matriz da paróquia do centro de Vila Velha sobre responsabilidade dos Franciscano.

<sup>4</sup> Área é a organização dos conjuntos de setores ou paróquia, final da década de 80 a área de Vila Velha tinha 04 paróquias e 06 setores.

Chegando a participar da coordenação do regional leste II<sup>5</sup>, indo diversas vezes em Belo Horizonte, participar de reuniões.

A PJ é uma pastoral de transição onde o jovem fica por um período, e depois passa a se inserir em outras pastorais, nos movimentos populares, ou no serviço de assessoria na própria pastoral. A formação desenvolvida na pastoral da juventude, de acordo com (ALTOÉ, 1991, p.16) é “para transformar as estruturas de morte e construir uma sociedade nova onde tenha vida digna e seja sinal de presença do Reino de Deus”. Às vezes quando a reunião era aos domingos, Marcia viajava a noite do sábado e voltava na noite do domingo indo direto para o trabalho. Assim ela conseguiu contribuir um pouco para essa caminhada durante o período em que esteve envolvida com a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP)<sup>6</sup>, como relata: “A gente está colaborando com os jovens, participando até ter uma vida melhor, está tirando do caminho errado, essas coisas todas na comunidade de base” (MONTEIRO, 2020).

Marcia lembra com alegria dos encontros nos finais de semana, das reuniões no sábado à tarde, das festinhas na casa de amigos com os lanches partilhados<sup>7</sup>, ouvir e cantar músicas. Com sua inserção na comunidade e na PJMP, os fardos da vida foram se tornando menos pesados, e foi abrindo caminho e esta participação foi ampliando sua visão de mundo. Ela lembra do Frei Paulo, um frade da Ordem dos Franciscanos Menores, que era um sacerdote jovem que ajudou muito na orientação dos trabalhos de sua comunidade e do Frei Márcio que deu uma grande contribuição na sua vida e que ajudou no início da comunidade, contribuindo muito com esse processo todo, essa caminhada. Foi essa vivência que a fez se tornar forte, para poder superar as outras dificuldades, para conseguir levar em frente, “e hoje graças a Deus toda essa história de vida, eu só tenho de agradecer a Deus por isso por essa situação” (MONTEIRO, 2020).

---

<sup>5</sup> Regional Leste II é a articulação da igreja católica entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais

<sup>6</sup> Diferença entre a “PJ” e a “PJMP” – a “PJ” era o espaço de iniciação dos jovens, nos grupos de jovens articulados nas CEB’s que preparava para uma participação em outros serviços na igreja e na sociedade, a partir da descoberta de quem era ele, quem é o outro, quem é Deus, como é a sociedade. Tendo esse conhecimento iniciaria sua participação nas PJ’s “específicas” (Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Pastoral da Juventude Estudantil (PJE), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Pastoral Universitária (PU). No final da década de 80 a maioria das paróquias na Arquidiocese de Vitória passou a adotar apenas a “PJ” retirando o “MP” da “PJMP” pois não se via essa diferenciação no trabalho dentro da Arquidiocese.

<sup>7</sup> Cada pessoa levava algum alimento e colocava em comum a mesa, para que todos pudessem comer.

Esta caminhada de Marcia, sua inserção nas CEB's e na PJMP, a aproximação dela com os dois referidos religiosos, se dá no momento em que a Igreja Católica da América Latina e do Brasil faz uma opção pelos pobres e pelas CEB's, dentro de uma linha libertadora de evangelização com a Teologia da Libertação. Ela se insere na organização de uma comunidade, na Pastoral da Juventude e na Pastoral da Criança, e depois nos Agentes de Pastoral Negros, e ainda hoje está envolvida nessa caminhada de igreja. Segundo (informação verbal<sup>8</sup>):

“Marcia Rangel é uma mulher que passava aquela mansidão, uma tranquilidade, para todos que conviviam com ela e ao mesmo tempo uma guerreira, batalhadora, uma sabedoria muito grande, uma disposição em trabalhar em servir, em transformar. Eu aprendi muito com ela, ela falava pouco e ouvia, ouvia bastante, sempre ela tava nos trabalhos mais aparecia pouco, ela não queria aparecer, o que ela queria era fazer acontecer. Marcia não desistiu da PJMP até o fim, fazia reuniões na casa dela, abria a casa dela para a gente, morava com a vizinha. Uma pessoa simples, mas com uma família muito bonita. Eu tenho muita admiração por ela, muito, muito guerreira. Fez um casamento lindo, afro onde nós participamos, depois o casamento acabou e ela continuou com muita perseverança na educação dos filhos, tem dois filhos Mandela e Dandara, eu encontrei com a Dandara outro dia, uma mulher linda. Eu não tenho mais convivência com a Marcia, mais o que eu guardo dela é uma pessoa integra, batalhadora, muito disposta a contribuir e servir. Foi motivadora de muitas ações na pastoral da juventude aqui na área de Vila Velha, muita motivadora, fazia as coisas acontecerem. Sempre fez, nos ajudou muito, tem que ser lembrada com muito respeito e carinho”. (Informação verbal)

No início da década de 80, entre os anos de 1981 e 1983, Marcia foi mora com sua avó Jocelina que vivia sozinha e já era idosa, voltando a residir no bairro Divino Espírito Santo, local de seu nascimento e onde havia vivido até os 07 anos de idade.

#### 3.1.4 Agente pastoral negros

Em 1987, Marcia se envolve com os APN's. Através do convite do Frei Paulo que havia participado de uma reunião em São Paulo, onde já se tinha discursão com um grupo de seminarista, padres na organização dos Agentes de Pastoral Negros no Brasil. Esse grupo começou a conversar em 1985, e em 1986 se estruturou. No ano de 1987 eles procuraram ampliar tendo em vista a Campanha da Fraternidade (CF) de 1988 organizada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que teve como tema: “Fraternidade e o negro” e como lema “Ouvi o clamor deste povo”

---

<sup>8</sup> Depoimento de Fatima Guerra Alves “Fatinha”, concedido a Elio Pereira Fernandes em dez. 2020 (informação verbal).

O Brasil passava por um processo de abertura política, fortalecimento das organizações populares e sindicais e o debate em torno da nova Constituição Federal e sobre o governo civil do presidente José Sarney. O objetivo dessa campanha segundo o texto base da CF (1988) era a “evangelização do povo brasileiro, em transformação sócio-econômica, política-cultural, a luz da evangélica opção preferencial pelos pobres”.

Frei Paulo fez a proposta de formar no estado do Espírito Santo, um grupo de Agentes de Pastoral Negros. Ela lembra que tinha no grupo ela, a Ana Lúcia Conceição e Marco Antônio Pereira, que na primeira reunião foi quando ele conversou com o grupo, acompanhou por um período e o grupo se organizou. Após essa organização o grupo se ampliou trazendo mais pessoas como o Osvaldo Martins de Oliveira. Depois mais à frente outros entraram e isso aconteceu no período da campanha, essa reunião foi na Arquidiocese de Vitória.

Este grupo fez um trabalho em vários municípios do estado, de norte a sul. Eles foram em vários municípios discutindo a questão da negritude, a partir de seus olhares, tendo em vista o tema da campanha e o olhar de cada um e uma enquanto negros e negras, discutindo com as comunidades, discutindo com os grupos, conseguiram formar grupos em várias regiões, vários municípios e ainda assim foi um trabalho muito interessante, andaram muito, levando a discussão, a proposta, e a implementação da Campanha da Fraternidade.

O grupo dos APN's tinha um espaço de reunião que ficava localizado na Mitra Arquidiocesana da Igreja de Vitória, ao lado da sala da Pastoral da Juventude, nas ruínas do convento São Francisco, localizado na Cidade Alta no centro da cidade de Vitória no ES. De acordo com (FORDE, 2018) os Agentes de Pastoral Negros é uma das mais antigas entidades do movimento negro no estado do Espírito Santo, tendo surgido no fim dos anos 80. Passada a campanha da fraternidade o grupo permaneceu reunido e trazendo novas pessoas, conseguiram contato com pessoas de Cariacica e entre essas pessoas estava o companheiro Edison Monteiro, morador do bairro Expedito no município de Cariacica, que começara sua participação nos APN's.

A sala dos APN's na Arquidiocese de Vitória era um importante ponto para articulação dos trabalhos, ali realizavam as reuniões, produziam materiais relacionados à questão do negro. Nesse início da organização, segundo a narradora, os APN's tiveram uma caminhada muito bonita, ligada diretamente à igreja, só que aí depois diante de tantas situações de discriminações sofridas por várias pessoas, o grupo sentiu a necessidade de se envolver com o social. Se envolvendo nas questões sociais os APN's se abriram a participação de outras pessoas não ligadas a religião católica. “E que hoje estamos aí, com pessoas de matriz africana, temos evangélicos, nós temos as várias denominações dentro da entidade e que caminha junta, e que reflete junto, e que contribui junto” (MONTEIRO, 2020).

O grupo dos APN's organizado fora da Igreja congrega negros de diversos segmentos religiosos, como: negros católicos, integrantes de religiões de matriz africana, negros evangélicos de diferentes denominações religiosas que caminham e refletem juntos. Segundo (informação verbal<sup>9</sup>):

“Marcia Rangel é uma companheira nossa que ajudou a fundar os Agentes de Pastoral Negros no estado do ES, juntamente com o nosso irmão Edison. Ela é mãe de Noemi Dandara e Mandela. Teve dois filhos e trabalhou durante anos e anos na educação popular, periférica, nas comunidades negras, defendendo as causas do povo negro. A companheira Marcia Rangel sempre teve a sua frente as causas do povo negro. Coordenou os agentes de pastoral negros do ES por um bom tempo, e mais recentemente sua vida teve uma outra guinada por que ela concluiu o curso de pedagogia, agora estando no campo da educação mais formal. Mais sempre tendo a sua frente as causas do povo negro. É uma companheira que soma muito para o nosso povo, muito equilibrada, muito carinhosa, acolhedora. Ela é fundamental para a pastoral negra no ES desde 1988”. (Informação verbal).

### 3.1.5 - O casamento

Marcia conheceu o Edison Monteiro, quando ele começou a participar dos APN's representando Cariacica. Daí ele se aproximou dela com o apoio do Osvaldo Martins de Oliveira e do Orlando, que eram seminaristas na época e acabaram iniciando o namoro. Ambos participaram de vários eventos juntos e muitas reuniões.

---

<sup>9</sup> Depoimento de Gildo Lyone, concedido a Elio Pereira Fernandes em dez 2020 (informação verbal).

Edison era uma pessoa muito ligada às causas sociais. Foi Conselheiro Tutelar em Vila Velha por duas gestões, trabalhou por vários anos no Projeto Nosso Guri coordenado pelo Frei Marcio, que acolhia crianças que moravam nas ruas. Trabalhou num Projeto Social dos Maristas; trabalhou no Conselho da Igualdade Racial do município de Cariacica. Teve uma longa caminhada em defesa dos menores e discriminados.

Quando se decidiram por casar, pensaram que teria que ser uma celebração que tivesse tudo a ver com a caminhada que faziam e história de vida. Os dois decidiram que o casamento seria numa celebração Afro-Católica, onde Frei Davi Raimundo, que acompanhava a caminhada deles, se propôs a realizar o casamento. Eles fizeram contato com a comunidade Cristo Rei e o conselho da comunidade resolveu celebrar com eles. Essa comunidade é a mesma que, após Marcia perder sua mãe, no final da década 1970, iniciou sua participação na organização das CEB's.

No dia 17 de fevereiro de 1990, Edison Monteiro e Marcia Rangel se casaram na igreja católica da Comunidade Eclesial de Base Cristo Rei. Nessa comunidade, onde Marcia iniciou sua atuação, mudou os rumos de sua vida e de diversas pessoas com quem teve a oportunidade de conhecer, entre as quais eu me encontro. Conforme desejado e planejado, o Frei Davi numa noite de muita inspiração presidiu com todas as pompas e honras o casamento no rito Afro-católico, que foi o primeiro celebrado no Brasil e nós pudemos testemunhar essa grande e bonita festa.

O casamento foi filmado e enviada para a CNBB, como a demonstração da primeira celebração do Sacramento do Matrimônio em rito Afro-Católico, que segundo sua narrativa, foi aprovado pela CNBB. Depois disso surgiram vários outros casamentos nesse ritual, dentre eles o do casal Gildo Lyone Antunes de Oliveira e Sidneia Imaculada da Conceição de Oliveira. Após o casamento Marcia e Edison foram residir no bairro Divino Espírito Santo, na casa onde morou sua avó materna.

Edison e Marcia tiveram dois filhos: Edson Mandela e Noemi Dandara. O nome do primeiro é uma homenagem ao líder sul africano Nelson Mandela, que fazia aniversário no dia 18 de julho e o Edson Mandela Rangel Monteiro, nasceu no dia 19 de julho de 1990, um dia após o nascimento do referido líder. Tendo em vista a participação de Edison no movimento negro, o casal resolveu colocar no filho o nome

do pai e do líder Nelson Mandela. Em 18 de abril de 1995 nasce a filha do casal e o nome escolhido para a filha foi Noemi Dandara Rangel Monteiro. O nome “Dandara” também foi em função da caminhada feita pelo casal dentro da Igreja Católica e do movimento negro, conciliando um nome bíblico, com o nome de uma personagem da memória do movimento negro, especificamente porque Dandara era o nome de uma das companheiras de Zumbi no Quilombo dos Palmares. Por volta de 1999, o casal mudou para o bairro Expedito, no município de Cariacica ES, próximo onde vivia a família dele. Neste mesmo bairro, Edison veio a falecer em 11 de agosto de 2014.

### 3.1.6 – Os estudos

Marcia gostava de estudar, tendo de trabalhar desde nova para adquirir seu material escolar, muitos foram os desafios nessa trajetória, trabalhando em saca de família. Quando sua mãe veio a falecer trabalhava em um mercadinho, não tinha grandes amizades, não podia sair de casa para lugar nenhum e o pai não queria que ela estudasse. Trabalhando fora aos 16 anos precisava cuidar da casa, lavar as roupas na mão dentro de uma bacia que sua mãe utilizava, pois não tinha condições de ter um tanquinho ou máquina de lavar. Marcia foi dispensada e teve que voltar a trabalhar em casa de família pelas necessidades que se tinha dentro de casa. Seu pai não queria que ela estudasse, daí precisava chegar do trabalho, prepara o jantar e sai para a escola antes que ele chegasse em casa, pois senão seria presa em casa. “Tinha um bacião aqui que minha mãe lavava, então é nessa bacia, então lavava roupa na mão, que na época não tinha tanquinho, não tinha máquina, a gente não tinha nada disso”. (MONTEIRO, 2020).

Marcia narra que viveu um longo tempo de sua vida essa situação de tentativa de cárcere doméstico. Depois que começou a participar da comunidade e do grupo de jovens, afirma que sua mente foi se abrindo, a convivência com as pessoas foi se ampliando e ela ampliou as relações de amizade com jovens de sua própria idade.

Marcia não desistiu de melhorar sua vida e ainda hoje acredita que a educação, os estudos, podem propiciar essa melhora substantiva. Após concluir o Ensino Médio, ela trabalhava em uma padaria e se inscreveu no vestibular para cursar Ciências Contábeis na Universidade de Vila Velha (UVV). Com muita dificuldade conseguiu

realizar e concluir o curso. Depois de formada e trabalhando na área, os processos discriminatórios por ser pobre e negra o fizeram abandonar a profissão. Ela ficou um tempo desempregada e depois passou a trabalhar em um projeto social no bairro de Terra Vermelha, na periferia de Vila Velha, com crianças carentes e suas famílias.

Ela se apaixonou pela educação e resolveu fazer pedagogia. Fez novo processo seletivo, em uma instituição de ensino denominada Unives, em Vitória, e iniciou o curso em 2002 e concluiu sua formação em 2005 aos 46 anos de idade. Ela se inscreveu em concurso público em Cariacica e Vila Velha, sendo em 2006 aprovada em Vila Velha e efetivada em 2009 trabalhando com as classes iniciais. Em 2010 fez concurso na Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo e foi aprovada, onde passou a trabalhar com turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). No ano de 2020, Marcia trabalha em uma escola municipal em Terra Vermelha, com uma turma de 4º ano pela manhã, e a noite trabalha como pedagoga na escola estadual Godofredo Schneider, na Prainha no município de Vila Velha.

A realidade vivida por Marcia, ainda hoje, é de uma rotina de trabalho sobrecarregada. Ela pagou e estudou em duas faculdades da rede privada de ensino porque não dispunha de tempo suficiente para se preparar para competir e ser aprovada na Universidade Federal do Espírito Santo, mas competência ela sempre teve, o que dá para perceber nos concursos nos quais foi aprovada, superando muitos jovens provenientes inclusive da UFES. Como verificamos acima, desde os 11 anos de idade Márcia teve que trabalhar para ajudar nas despesas de casa, sobretudo para comprar os materiais escolares seus e de seus irmãos, pois o que a mãe ganhava lavando roupas não era o suficiente para manter todas as despesas da casa.

O sonho dos pobres e negros entrarem na universidade pública era quase impossível, poucos conseguiam esta proeza, pois os vestibulares sempre foram para quem dispunha de tempo livre para estudar e se preparar para tanto e as condições socioeconômicas para os estudos nunca foram as mesmas para todas as camadas sociais. A UFES era um espaço majoritariamente branco, quem não realizava um curso pré-vestibular nos colégios da rede privada (que sempre formaram uma indústria dos vestibulares oferecendo treinamentos nas questões que caíam todos os anos nas provas), estava alijado dessa perspectiva. Os brancos com melhores

condições de capital ocupavam a universidade pública devido ao processo seletivo excludente e os pobres trabalhavam durante o dia para entregar todo o seu salário, estudando a noite nas universidades particulares.

Hoje Marcia e seus irmãos estão todos adultos, dois dos quais aposentados, cada um com a sua vida, construiu se próprio percurso e formou suas famílias. Sua irmã se formou em enfermagem e trabalha em dois hospitais. Márcia continua trabalhando, pois boa parte de sua vida trabalhou sem ter carteira assinada e ainda não tem o tempo de contribuição suficiente para se aposentar.

### 3.1.7 - Processos discriminatórios

O processo de discriminação em si, Marcia sofreu dentro de sua própria família, por parte de pai, a sua tia tinha um tratamento totalmente diferente com ela, desde criança, com xingamentos e apelidos que na época ela não entendia. Na escola da periferia onde estudou, Marcia afirma que não se recorda de ter sofrido racismo, pois, a maioria das crianças eram negras. Marcia sentiu discriminação quando trabalhava em uma padaria como caixa e se inscreveu para um vestibular na UVV, quando lá era vestibular, e a filha da dona da padaria também se inscreveu e não passou, tendo Marcia sido aprovada no curso de Ciências Contábeis. O horário de Marcia na padaria era das 07h da manhã as 17h. Horário que os patrões chegavam para assumir o caixa da padaria. A UVV funcionava no centro de Vila Velha, onde atualmente está o colégio Vasco Coutinho, para onde Marcia ia e voltava a pé para economizar o dinheiro da passagem, pois o que recebia era praticamente a conta de pagar a faculdade.

Marcia precisava sair do serviço correndo, ir em casa, tomar um banho para poder ir para a faculdade. Os patrões de Marcia passam a não chegar no horário combinado, tornando os atrasos uma constante nesse processo, tendo dia deles chegarem juntos as 18h, ainda para fechar o caixa, para poder conferir e para depois libera-la, então Marcia vivenciou esse processo discriminatório por um bom tempo, mas não desanimou. Tinha dia que ela saia de lá e ia direto, já levava o material e ia para a faculdade, porque não dava tempo nem de ir em casa tomar um banho.

A atitude dos patrões me leva a hipótese de como imaginar que Marcia, a empregada negra pudesse passar em um processo de vestibular e a filha do patrão não, no imaginário deles a faculdade não era lugar para os pobres e os negros, pois Marcia se enquadrava nessas duas situações. Desta forma procuravam prejudicá-la nos estudos, para que a mesma não ascendesse socialmente com um curso superior, que poderia lhe propiciar uma melhora em sua qualidade de vida, após concluir o mesmo e conseguir trabalhar na área de formação.

Após ter concluído o curso e começar a atuar na área, Marcia passou por outros processos de discriminação. Ela abriu um escritório de contabilidade junto com uma amiga, e quando ia na Junta Comercial, tentava dar encaminhamento nos documentos que precisava e não conseguia. Muitas das vezes Marcia chegava com a carteira de contador na mão, tentar isolar de imediato os preconceitos, mas eles foram tão persistentes que ela acabou por desistir da contabilidade.

Márcia, em sua prática educacional, leva várias experiências para o debate racial dentro do espaço escolar, a saber: as suas vivências na infância, na família, na pastoral da juventude, nos agentes de pastoral negros, de ser mulher e mulher negra, educadora e tantas outras vivências que ela tem guardada em sua memória. Márcia salienta que no Dia Nacional da Consciência Negra se faz um trabalho mais específico, refletindo com as crianças em função da questão da Beleza Negra. Mas é no dia a dia que Marcia observa o comportamento dos alunos diante de algumas situações em que se manifesta a discriminação e racismo em relação aos colegas, Marcia procura sempre fazer uma reflexão com os alunos, envolvendo-os para que reflitam, do jeitinho deles, mas que entendam que somos todos iguais, independentemente da cor, se a minha cor é mais escura, se a sua cor é mais clara. Por isso é importante que as crianças desde pequenas comecem a aprender sobre as diferenças e o respeito entre elas. De acordo com Munanga:

A igualdade supõe também o respeito do indivíduo naquilo que tem de único, como a diversidade étnica e cultural e o reconhecimento do direito que tem toda pessoa e toda cultura de cultivar sua especificidade, pois fazendo isso, elas contribuem a enriquecer a diversidade cultural geral da humanidade. (MUNANGA, 2003, p.7).

Dependendo da disciplina Marcia envolve um pouco de história para incentivar uma prática diferente.

Na semana de mostra cultural ela traz a questão da negritude, na semana da Consciência Negra faz um trabalho mais amplo com apresentação de música, com a roda de capoeira, utiliza materiais produzidos por negros. Ela procura de toda forma com que cresçam com a mente mais aberta, com menos racismo, com menos discriminação uns com os outros, no sentido de que essa vida se torna um pouco mais branda para eles. (MONTEIRO, 2020)

Na EJA, Marcia não está em sala de aula, pois ela é a pedagoga da escola, ela faz um trabalho diretamente com os professores no sentido de eles estarem trabalhando dentro da disciplina, a questão da negritude e a questão do racismo. Ela destaca que quando começou não havia essa discussão. Quando ela fez uma pós-graduação, realizou uma pesquisa sobre a lei 10639 de 09 de janeiro de 2003, que inclui a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira e Africana' no currículo oficial da rede de ensino. A partir da pesquisa, Marcia constata que "tinha professor racista dentro da escola, que após um tempo saiu da mesma, a partir do diálogo, criou-se um interesse em torno da temática, de modo que durante todo o programa da disciplina, em vários momentos se tem essa discussão" (MONTEIRO, 2020) essa reflexão em relação à questão do negro, ainda não é 100%, não está como deveria ser.

Esse debate é importantíssimo na construção da identidade das crianças negras e na desconstrução de uma história que foi contada ao longo dos séculos pelo ponto de vista e do olhar daqueles que tiraram a liberdade dos negros e os colocara numa situação de inferioridade em relação ao branco. Segundo (CUNHA, 2003, p. 2), o "elemento básico para a introdução da história africana não está na história africana e sim na desconstrução e eliminação de alguns elementos básicos das ideologias racistas brasileiras".

Nessa perspectiva Marcia, junto com a equipe de professores, promovem desfile da Beleza Negra, trabalham com as comidas típicas, relata um pouco dessa história, do contexto da sociedade no qual pertencemos, de toda sua caminhada que tem algumas situações vivenciadas, algumas situações históricas. Marcia aproveita quando vai na sala de aula dar algum recado, quando o aluno que falta muito, e para aqueles alunos desanimados de estudar, ela procura dá o testemunho da sua vida, do que foi a sua caminhada para chegar onde está, para ver se tem um sentido para eles e aí eles ficam de boca aberta. Toda sua história, inclusive quando ela fazia pedagogia, que

Mandela e Dandara eram novinhos, e que às vezes ela tinha chegado da faculdade e ter que ir na casa de sua sogra buscá-los. Ela relata tudo isso para eles e, “às vezes, pergunta: você é casado, tem filhos? Procuo sempre os incentivar, por que para nós negros a coisa é sempre mais difícil.” (MONTEIRO, 2020).

### 3.1.9 Projeto social em terra vermelha

Após desistir de trabalhar com a contabilidade e ficar um tempo parada devido aos processos discriminatórios sofrido sobretudo na junta comercial, Marcia se envolveu no projeto social na Unidade Municipal de Ensino Fundamental (UMEF). No bairro de terra vermelha, mais conhecido como Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC). De terra vermelha, a partir de sua participação e envolvimento com os agentes de pastoral negros.

Antes de Marcia iniciar no projeto, havia um trabalho sendo feito, no qual funcionava dentro da escola que hoje Marcia trabalha, e na época chamava de CAIC. Os Agentes de Pastoral Negros assumiram esse projeto em parceria com a ONG Visão Mundial, que tinha sede no Rio de Janeiro. Essa parceria se deu através da assinatura de um documento que propiciou aos APN's participar no cargo de coordenação nacional.

No entanto para a assinatura da parceria, precisava por partes dos APN's da indicação de uma pessoa, sendo escolhida a Marcia Rangel. Ela acabou, dessa maneira, virando funcionária da organização jurídica dos APN's nessa época. Sendo remunerada a partir da adesão junto à Organização Não Governamental (ONG) Visão Mundial que arcava com o seu salário.

O projeto atendia 150 crianças, com reforço escolar, alimentação e cursos de formação. A ONG Visão Mundial tinha um trabalho de apadrinhamento de crianças, todas essas 150 crianças, elas eram apadrinhadas por alguém, que tinha gente do Brasil e do exterior, que ajudavam para dar presentes às crianças e financeiramente para o funcionamento do projeto. Esse trabalho em parceria com a ONG foi iniciado pelos APN's representados pelo professor Marco Antônio Pereira. Com a saída do professor Marco da coordenação do projeto, Marcia assumiu junto com a professora Ângela Lousada a coordenação do mesmo. Nesse projeto ela era responsável por todos os contatos com as crianças e as famílias, sendo responsável também pela

parte financeira, de fazer prestação de contas, realizar compra, pois serviam alimentação e atendiam a outras necessidades básicas para que as crianças permanecessem na escola. Foi levado em conta nessa atribuição, toda a sua experiência e a formação em ciências contábeis.

Quando Marcia assumiu, já havia uma grande quantidade de crianças cadastradas e ela passou a andar em Terra Vermelha e nos bairros vizinhos como no bairro Normilia e João Goulart, conhecendo as necessidades das crianças e das famílias, trazendo novas crianças para serem atendidas no projeto.

Ao caminhar nessa região e ver de perto a realidade daquele povo ali estabelecido, vai de encontro ao retratado por (SIQUEIRA, 2019, p.209) “um cenário onde a trilogia desigualdade, segregação e exclusão constitui a representação maior no conjunto da prática excludente que marca as particularidades das periferias e da pobreza no Brasil”.

Essa realidade constatada por Marcia era repassada aos padrinhos que colaboravam na manutenção do projeto. No bairro João Goulart tinha um lixão e várias crianças viviam ali e várias famílias sobreviviam daquele lixão. “E os filhos dessas famílias iam no projeto para poder almoçar, para poder tomar um lanche, para poder se alimentar” (MONTEIRO, 2020). As vezes elas chegavam com cheiro do lixo impregnado em seus corpos, mas eles não tinham como dar banho nas crianças naquele espaço, orientava e as vezes dava uma muda de roupa limpa, e servia o almoço.

Nesse trabalho além de conseguir ajudar as crianças, as mães eram beneficiadas, pois viviam com medo e a incerteza de poder alimentar os seus filhos. Vendo a triste realidade em que viviam aquelas famílias, Marcia na liderança realiza novas parcerias e o projeto passa a desenvolver cursos de manicure, cabeleireiro, de bordado, de crochê, de costura, tudo no sentido de dar alguma formação para mães, para que elas tivessem condições de ter outro tipo de trabalho, que não precisasse depender do lixão, de catar material reciclado, de comida vencida para poder sobreviver e dar aos seus filhos.

Esse trabalho em parceria com a Visão Mundial durou cinco anos entre 1996 e 2001. Com o fim da parceria, o trabalho de Marcia não parou, ela, juntamente com os APN's,

mantivera o projeto funcionando. Entendiam que não dava, a partir de sua história, de sua experiência de vida, da caminhada na Pastoral da Juventude e nos APN's para abandonar aquelas famílias.

O trabalho prosseguiu sem a parceria com ONG, continuaram servindo alimentação. Marcia conhecia muita gente na região, “eu consegui com algumas pessoas que doassem alimentação.

Tinha uma senhora que doava verduras e legumes todo sábado [...] ela comprava e depois eu ia à casa dela buscar, garantindo parte da alimentação da semana. Outras pessoas doavam arroz, feijão e o padre da paróquia contribuía com cestas básicas e eles iam cozinhando, fazendo e servindo para as crianças e mantendo o reforço escolar, sendo que as demais atividades e cursos eles não tinham mais. (MONTEIRO, 2020)

Quando os Irmãos Maristas, foram morar naquela região em Riviera da Barra, tomaram conhecimento através da paróquia do trabalho desenvolvido por Marcia, e outras pessoas, ao visitar o projeto e conhecer o trabalho que vinha sendo desenvolvido, e o que havia sido feito no passado em parceria com a ONG Visão do mundo, os Maristas e os Agentes de pastoral negros firmam uma parceria e eles começam assim a apoiar o projeto em curso. “Os Maristas ajudaram por um bom tempo, até que eles compraram um terreno em Terra Vermelha e construíram um espaço para poder funcionar com o projeto”. (MONTEIRO, 2020).

Marcia participou do lançamento da pedra fundamental e da construção desse espaço. Quando o espaço ficou pronto, lá estava mais uma vez Marcia mobilizando, chamando todos para irem-se matricular, para poder participar no espaço que agora seria a nova casa do projeto iniciado lá no CAIC. Marcia trabalhou por quase dois anos e meio na casa Marista, quando precisou deixar o projeto pois estava morando no município de Cariacica, que ficava distante de Terra Vermelha em Vila Velha, precisando sair muito cedo de casa para chegar a este local. Os maristas assumiram as crianças dando continuidade ao projeto. Ela se afastou de Terra Vermelha, retornando em 2009 quando assumiu a vaga de professora na escola onde funcionou o projeto. Nas palavras de Marcia “foi um trabalho que ajudou muita gente, aquela meninada e até pouco tempo quando a gente se encontra, eles dizem oi tia Márcia, já estão homens. E como é que a gente sabe quem é, as vezes perguntava, e você quem é? ” (MONTEIRO, 2020). Aquelas crianças reconhecem em Marcia uma mulher que

deu novo sentido à vida deles, deu esperança e apontou caminhos e possibilidades para o futuro.

Este projeto social foi a inspiração e a descoberta de uma nova possibilidade em sua vida, ela se apaixonou pela educação e resolve seguir esse caminho, entendendo ser um espaço vital de transformação a vida das pessoas e na formação da identidade daquelas crianças que ali frequentavam. Com essa motivação ela volta a estudar e a fazer um novo curso superior, agora na área de pedagogia, pois queria ser professora

### 3.1.10 - Uma mulher vencedora

Márcia é uma mulher vencedora, por tudo o que já passou nesta vida. Nos estudos ela conseguiu avançar, hoje é pedagoga, uma funcionária concursada e efetiva do município de Vila Velha e do estado do Espírito Santo, uma conquista pessoal dela, mas que veio em função de sua militância nas causas sociais e políticas da população negra e pobre, que está completando 11 anos, desde 2009 dessa aprovação. Nas palavras de Marcia “quando fico brava eu quero falar, eu falo, [...] e quem quiser ouvir que ouça, ninguém responde nada. Acontece aí, eu falo alto e bom tom, eu entrei aqui pela porta da frente, sou concursada, não entrei pela janela e nem por empurrão de ninguém. [...] Eu não devo favor a ninguém” (Márcia Rangel. Vila Velha, 10 nov. 2020). Marcia tem a cabeça erguida por aquilo que trilhou e conquistou, e quando está diante de qualquer situação em que percebe “um certo né”, ela bati de frente e fala as palavras descritas acima.

É desta forma que ela costuma trabalhar, sempre de cabeça erguida. “Porque aqui é meu lugar, porque só eu sei porque estou aqui, [...] faço por onde, não ando errada, não sou perfeita, nenhum de nós é perfeito, só Deus, mas procuro trabalhar da melhor forma possível, para poder andar direito” (MONTEIRO, 2020).

Quando Marcia conversa com os alunos na sala de aula, principalmente para os do EJA, ela conta sua história, no sentido de motivá-los.

Os filhos de Marcia, seguindo o exemplo da mãe, também estão construindo suas trajetórias de escolarização, como segue: 1º) Edison Mandela está trabalhando e faz

graduação em logística no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES); 2º) Noemi Dandara terminou a faculdade de direito, trabalha em um escritório de advocacia e faz pós-graduação. A esse respeito, ela respira aliviada e se sente com o dever cumprido: “Que hoje eu sou uma vencedora, que apesar de todas as dificuldades que eu passei, eu venci” (MONTEIRO, 2020).

### 3.1.11 – Os desafios enquanto professora

Quando ela começou, ainda na faculdade, estagiou e começou a trabalhar como Designação Temporária (DT). “Trabalhando com EJA com processo de alfabetização de adultos, um grande desafio, você conseguir fazer com que uma pessoa idosa fosse alfabetizada”. (Márcia Rangel. Vila Velha, 10 nov. 2020). E quando ela conseguia chegar nesse objetivo, era uma satisfação grande desse resultado. Quando Marcia começou a trabalhar com o EJA no estado, como DT, ela começou entre 2002/ 2003.

“Nesse período estava iniciando o processo de EJA no estado e aí o professor é que ia atrás dos alunos, o professor é que tinha que ir atrás do espaço para poder dar aula, nessa experiência trabalhei no morro de São Benedito, no Forte São João, onde subia de um lado e descia do outro atrás de alunos, então assim foram desafios, você vai trabalhar em tal em lugar? Vou! ” (MONTEIRO, 2020).

No morro de São Benedito não tinha professor que fosse para lá, ali não era preciso ir atrás de alunos, pois havia uma turma, Marcia ainda fazia o curso de pedagogia quando aceitou dar aula, trabalharia no horário de 17h as 19h e depois iria para a faculdade que ficava no bairro Maruípe, no município de Vitória onde hoje fica localizada a casa do cidadão. No primeiro dia de aula no São Benedito as boas vindas de Marcia foi: 10 minutos de tiros, ficaram todos quietos e escondidos, até passar aquele tiroteio. O ponto de ônibus era ali perto, e quem era morador dali sabia mais ou menos o horário do ônibus, então ela saiu da escola no horário do ônibus passar, as aulas aconteciam no espaço que funcionava o Projeto Social Serviço de Engajamento Comunitário (SECRI<sup>10</sup>). Ele funcionava lá em cima do morro, um desafio e situação nunca vivenciada por ela. Marcia não desistiu das pessoas do São Benedito e teve a felicidade de ver o resultado de seu trabalho, ao ver aquelas pessoas saírem

---

<sup>10</sup> O Serviço de Engajamento Comunitário funciona como contra turno escolar e trabalha na educação, formação e qualificação para o mercado de trabalho.

sabendo escrever o nome, identificar as palavras e saber ler alguma coisa. Afirma que sua satisfação foi muito grande.

No Forte São João a mesma experiência, ela dava aula em um espaço bem precário na Associação de Moradores.

Eu tinha uma senhorinha e não me esqueço desse caso, ela tinha 73 anos. O sonho dela era de escrever o nome dela e de ler a Bíblia, e aí ela não sabia nem pegar no lápis. Eu tinha que pegar na mão dela, para poder ensinar como é que ela pegava no lápis, para poder fazer a bolinha, depois puxar a perninha do a. (MONTEIRO, 2020).

Um determinado dia essa senhora chamada Maria, chegou com um sorriso, toda feliz da vida na aula, Marcia estava na porta cumprimentando cada um e percebeu que ela queria lhe contar alguma coisa, e ela perguntou: “O que houve, dona Maria? O que aconteceu de bom? E dona Maria respondeu: Professora, eu consegui colocar o meu nome no livro de oração da igreja” (MONTEIRO, 2020). Foi muito emocionante para Marcia e ainda hoje ela se emociona.

“Uma pessoa idosa que não sabia segurar no lápis e conseguiu colocar o nome dela no livro de oração. Nas turmas do EJA, a maioria trabalha, chega cansada, atrasada, desanimada. É necessário estimular todo o tempo, para fazer com que eles sigam em frente, não desista. O desafio é constante e todo dia.” (MONTEIRO, 2020).

Nas séries iniciais na UMEF Paulo Cesar Vinhas<sup>11</sup> em Terra Vermelha, região de periferia de Vila Velha, as crianças têm muitas dificuldades, as famílias não têm condições de dar apoio. “O grande desafio é fazer com que elas aprendam o necessário, sejam aprovadas, é muito grande o desafio.” (MONTEIRO, 2020).

### 3.1.12 – Memória da ancestralidade familiar matriarcal

As lembranças de Marcia perpassam três gerações antes de sua chegada e na qual conviveu com essas mulheres, sua genitora, sua avó e sua bisavó. Essas gerações tiveram uma presença, um lado mais positivo em tua vida. A memória de Marcia mante

---

<sup>11</sup> “Paulo Cesar Vinhas” biólogo e ambientalista foi assassinado em Guarapari em 1993, por liderar uma campanha de preservação das áreas de restinga, o que ia de encontro aos interesses de empresários extrativistas que atuavam na região.

viva os ensinamentos que essas mulheres deixaram em sua vida e que ela valoriza em seu jeito de viver.

Conforme sua própria narrativa, Marcia traz a persistência, a luta e a fé de sua ascendência matrilinear, de mulheres que enfrentaram as dificuldades da vida com determinação.

[...] de que a vida para nós mulheres negras, não é fácil. (...) A minha mãe faleceu eu tinha 16 anos, eu era muito próxima, então assim a harmonia na família, a união, depois que ela se foi eu consegui criar meus irmãos. (...) A minha avó, era muito tranquila e essa tranquilidade, solidariedade, o benzer as pessoas, e as vezes falava para ela, 'vó, está muito cedo marca um horário'. Ela respondia que não. 'Eles vinham cedo porque precisavam'. Eu tenho isto comigo, se tem alguém próximo que está precisando, procuro sempre ajudar, estar próximo e colocando-me a disposição. [...]. Eu não consegui herdar de minha avó, foi o benzimento, não deu tempo de aprender as rezas, gostaria de fazer, consegui herdar o resto. (MONTEIRO, 2020).

### 3.1.13 – Superação de traumas e construção da autoestima

Veja a experiência que Marcia teve com seu pai, sua mãe se acabava lavando roupa na mão para ajudar no sustento da família, seu pai bebia muito. Quando sua mãe faleceu, Marcia tinha 16 anos e assumiu o sustento da casa, por ter enfrentado ele, sua tia paterna e sua avó paterna. Para que ele não colocasse uma mulher dentro de casa, tendo em vista o que sua genitora tinha passado, o pai vira as costas para ela e os três irmãos. Hoje seu pai tem 85 anos, depois de um tempo ele casou de novo e foi morar no município de Baixo Guandu no interior do estado do ES.

Marcia ficou muito tempo sem ver o pai, e de uns cinco anos para cá, geralmente em janeiro ela vai lá na casa dele em Baixo Guandu, fala por telefone com ele. Todas essas coisas que aconteceram no passado, Marcia afirma que passou uma borracha e que não sabe guardar mágoa, pois se preocupa com o pai. Nesse período de pandemia com a covid-19, ele está isolado, e garante que quando tudo isso passar, ela irá passar um tempo com ele. O aniversário dele é em janeiro. Nos últimos 5 (cinco) anos, ela e seus irmãos marcam um churrasquinho e todos os anos vão para lá comemorar com o pai. “Hoje graças a Deus temos uma relação boa. E aí eu penso que ele reflete um pouco todas as coisas que ele fez, mas eu não toco no assunto e assim vou levando, não sei dizer, mas é o meu jeito“ (MONTEIRO, 2020).

Marcia em conversa recente com seu tio João, após o falecimento de sua tia, disse ao tio que tinha definido em sua vida, que as coisas ruins iria esquecer, passar uma borracha e pegar as coisas boas para sobreviver, para manter a vida e para poder ter condições de olhar um futuro, olhar frente, porque a maioria das pessoas só quer pegar das coisas negativas e só vai decaindo, porque coisa negativa traz coisas negativa.

Cada um tem um jeito de pensar e ela respeita. O que foi de ruim ficou para trás, então a questão é daqui para frente, e diante de tantas dificuldades, está batendo de frente. “Diante de algumas situações que a gente vive de forma a conseguir levantar a cabeça, olhar para frente e seguir em frente. Sempre de forma positiva, porque se a gente abaixar a cabeça, se a gente desanimar a gente cai e não segue em frente”. (MONTEIRO, 2020).

Marcia acredita, que diante das dificuldades e desafios, é preciso levantar a cabeça, pensar positivo e seguir em frente. É nisso que Marcia se baseia, para poder está de pé, firme nessa luta, as vezes fica meio baqueada, mais tem saúde, vai levando, sempre pensando no melhor para poder vencer, para poder reagir. Marcia desde a infância aos 11 anos de idade teve que trabalhar para ajudar a mãe e aos irmãos para terem material escolar para poder estudarem, enfrentou preconceito, na família, quando trabalhou na padaria e quando já era contadora formada. Ela sabe o peso da cor e de ser mulher.

Acreditando na educação como possibilidade da melhora de vida nunca desistiu de estudar e incentivou os filhos a fazerem o mesmo. Uma família que demonstra sua força na persistência, na solidariedade, na vontade de vencer e chegar com a cabeça erguida e de pé. Marcia é uma mulher que superou todos os obstáculos colocando em sua vida. Uma mulher que enfrenta o que Marcia enfrentou e consegue estudar e colocar dois filhos na faculdade, não tem tempo para deixar que as coisas negativas o abatam. Marcia em sua pratica pedagógica tem trabalhado a auto estima de seus alunos nos trabalhos desenvolvidos com elementos da cultura africana, e refletido a partir da produção negros e negras levando uma imagem positiva e vitoriosa de pessoas da mesma cor.

## 3.2 - TRAJETÓRIA DE VIDA DA PROFESSORA MIRIAM MARTINS FELICIANO



Foto do arquivo pessoal de Miriam Martins Feliciano

### 3.2.1 – Miriam e suas referências familiares

Miriam Martins Feliciano nasceu em Madureira, no Rio de Janeiro, em 19 de abril de 1965, filha de Itamar Esteves Feliciano e Celuta Martins Feliciano, tendo seu pai nascido em 10 de junho de 1936 e vindo a falecer em 25 de agosto de 2015, em Rio das Ostras- RJ, e sua mãe nasceu em 25 de junho de 1935. Ela é neta paterna de Berila Esteves Feliciano. Seus demais avós ela não os conheceu, pois já haviam falecido por ocasião de seu nascimento.

Seus pais nasceram numa época em que no mundo ascendia os regimes neofacistas, destacando países como Itália e Alemanha. No Brasil vivia-se a era Vargas, época em que o país era governado por Getúlio Vargas. Vivendo seus pais os primeiros anos de suas infâncias, no período conhecido como estado novo que vai até 1945. Período em que as organizações negras estavam proibidas de se reunirem. No tempo em que Vargas esteve à frente do governo, ele buscou mudar a matriz econômica brasileira, dominada pelo café, para o campo industrial, como a criação da industrial siderúrgica nacional, em Volta Redonda no Rio de Janeiro. Segundo Nunes (2010), Vargas realizou diversas medidas no período que esteve à frente do governo entre 30 e 45 que mudaram a cara do Brasil”.

Antes de seu nascimento, seus pais tiveram um filho, seu irmão mais velho, Mário Luiz Martins Feliciano, nascido em 26 de abril de 1964. Trata-se de um período em que o

país estava conturbado devido ao golpe de março de 1964 que derrubou o presidente João Goulart. Esse período da ditadura ou regime militar no Brasil, segundo Forde (2018, p.36), “teve início em 31 de março de 1964 com o golpe militar, deflagrando um período em que os militares conduziram o país e a política brasileira, pendurado de 1964 até 1985”.

Sua mãe era enfermeira antes de casar com seu pai e após o nascimento de Miriam deixou de exercer a profissão. Sua mãe é uma mulher à frente do tempo, ao romper um ciclo de exclusão social da mulher negra, conseguindo estudar e realizar o curso de enfermagem, numa época em que a maioria da população não tinha acesso a escolarização e havia poucas escolas e universidades que ofereciam a formação nessa área. Para realizar o curso de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem aceitava-se, segundo Lombardi e Campos (2018, p.38) “a conclusão do antigo curso ginasial face à carência de escolarização da população brasileira; em 1954 existiam doze faculdades de enfermagem e onze cursos de auxiliar de enfermagem”.

No rio de janeiro Miriam morou em Vaz Lobo e Honório Gurgel. Onde viveu parte de sua infância como criança, brincando muito, seus pais sempre muito presentes. Seu pai era músico e integrava a banda de música do exército. Em 1975 quando ela tinha 10 anos, seu pai foi transferido para Mato Grosso, onde permaneceram por 2 anos e meio, vindo a ser transferido posteriormente para Vila Velha no ES, chegando nessa cidade em 1978 e indo residir no bairro de Itapuã, onde permaneceu por 04 anos. Posteriormente mudou com a família para o bairro de Garanhuns no mesmo município, entre os anos de 1982 e 1983.

### 3.2.2 - A militância

Morando em Mato Grosso, Miriam começou a participar da Igreja Católica, iniciando no movimento cruzada eucarística, que é a ala infantil dos legionários de Maria. Quando chegou em Vila Velha, sua família foi morar no bairro Itapuã e ela passou a participar do grupo de jovens do santuário.

O grupo de jovem foi a primeira grande escola em relação a sua militância na Pastoral da Juventude. Quando ela e sua família mudaram para o bairro de Garanhuns, Miriam

passou a participar da organização da Pastoral da Juventude na região conhecida como Setor Colorado dentro da organização da Igreja Católica e qual estava integrada a paróquia do bairro do Ibes. Nessa época ela participava tanto da organização a nível setorial, como a nível de área pastoral que compreendia todo o município de Vila Velha. Nesse período eu tive a oportunidade de conhecer a Miriam e seus pais, pois também iniciava minha participação no grupo de jovens Jac-Cristo<sup>12</sup> na comunidade do bairro de Vila Nova, pertencente também ao Setor Colorado.

Miriam em sua comunidade de base no bairro de Garanhuns foi catequista, coordenadora do grupo de perseverança e da crisma. Na Pastoral da Juventude foi coordenadora de grupo de jovens na comunidade, integrante da coordenação setor pastoral Colorado, integrante da coordenação pastoral da área de Vila Velha e integrante da coordenação Arquidiocesana da PJ de Vitória e integrante da equipe de assessoria da PJ.

Sua participação se dá num período em que a juventude e as Comunidades Eclesiais de Base são prioridade dentro da Igreja Católica no Brasil e no ES. Animada na fé pela reflexão na perspectiva da Teologia da Libertação. Ela caminha pelas comunidades da Arquidiocese de Vitória, organizando grupos e trabalhando na formação dos jovens.

Para Miriam a PJ é uma grande referência para toda sua vida, não só em relação ao magistério, mas na sua decisão de fazer o curso de Serviço Social, curso que realizou e concluiu, mas não chegou atuar na área. Na forma de lidar com os seus alunos, tem muito a ver com o que ela aprendeu dentro da Pastoral da Juventude. Miriam destaca: “nós somos construtores de um reino, e esse reino ele tem que se dar por todos os espaços da nossa vida”. (FELICIANO, 2020). Essa é a linha de trabalho dela, essa é a contribuição grande que a pastoral trouxe para sua vida profissional.

A pastoral é essa grande referência porque, além de o participante aprender lidar com as pessoas, ajudar as pessoas, trabalhar os processos de formação, a PJ despertou Miriam para a questão social. Um projeto de Deus para uma sociedade mais justa, mais igualitária que ela traz em sua vida, é fruto dessa caminhada na Pastoral da Juventude, convivendo com pessoas diferentes, convivendo com grupos diferentes,

---

<sup>12</sup> Jac-Cristo: Grupo jovens amigos a caminho de Cristo

intermediando conflitos que os jovens tinham juntos as comunidades, os conselhos de pastoral.

Uma coisa que vai estar sempre na sua vida, a PJ é referência para tudo que eu faço na vida. Quem dera se todo mundo pudesse participar da pastoral na época que a gente participou, porque o nível de conscientização que a gente tem hoje, essa galera que está hoje nos grupos de jovens nunca vai ter porque o objetivo era diferente, gente começava a trabalhar com uma pessoa para ela se descobrir, depois se descobrir em relação ao outro, até chegar a militância, por isso que a Pastoral teve esse papel importante na minha vida". (FELICIANO, 2020)

Segundo (informação verbal<sup>13</sup>):

"Miriam liderou uma passagem de geração na PJ de Vila Velha. Carinhosamente chamada de Tia Miriam, viu de perto uma nova geração protagonista despontar e crescer. Professora de ofício, atuou com formação desta juventude, com destaque para o processo chamado momento novo no início da década de 90. Algum tempo não vejo a Miriam. Mas a marca do sorriso franco e sincero ficou marcada". (Informação verbal).

Em sua caminhada, Miriam participa durante dois anos do Centro de estudos da Cultura Negra no estado do Espírito Santo - CECUN, em um projeto de formação de professores, não era uma participação ativa em todas as atividades. A participação se concentrava nos seminários como mão-de-obra, o Luiz Carlos de Oliveira, não dava oportunidade para se estar na linha de frente, para realizar palestras, aproveitando o seu conhecimento. Devido a uma situação desagradável [...] ocorrida no município de Cachoeiro, Miriam e todo o grupo de Vila Velha se retirou do CECUN. Esse grupo tentou se organizar em Vila Velha, mas a organização não foi adiante.

Miriam participou também, por aproximadamente dois anos, do Instituto Elimu Professor Cleber Marciel, ministrando uma disciplina no curso de formação para professores, nos municípios de Vila Velha e Cariacica juntamente com Ana Lucia Conceição e outras lideranças do movimento negro.

### 3.2.3 - Ser professora

---

<sup>13</sup> Informação verbal de Alexandre de Almeida Lima em dez. 2020.

A opção, o sonho de ser professora, vem desde criança, pois sua tia Selma, irmã de sua mãe era professora no Rio de Janeiro, e isto despertou nela esse interesse. Miriam gostava muito dessa tia, amava ela, e esse amor pela tia influenciou em sua escolha profissional. Essa tia foi sua grande inspiração, embora não tenha visto a mesma atuando, dando aula, porque ainda pequena deixou a terra natal.

Miriam fez o curso de magistério concluído em 1985, nessa época ela não tinha certeza se conseguiria trabalhar na área, ser professora. Ela optou em ter uma outra formação, escolhendo fazer o curso de Serviço Social, influenciada pela participação na Pastoral da Juventude, que trabalhava muito a questão do social.

A questão social trabalhada na Pastoral da Juventude, vem da reflexão que a Igreja Católica no Brasil e em especial no ES, onde nasceu as Comunidades Eclesiais de Base, fazia nas décadas de 1980 e 1990 ligando a fé com a vida, numa reflexão libertadora, onde um dos questionamentos feitos pelos teólogos da libertação, como (BOFF, L e BOFF, C. 2001) como vivenciar a fé em Cristo e dar testemunho do Cristo ressuscitado numa sociedade com tantas pessoas passando fome e marginalizadas.

Miriam sempre estudou em escola pública, mas fez o cursinho no antigo Colégio Nacional, pois havia conseguido uma bolsa de 60% de desconto e foi fazer o pré-vestibular, passando em 1986 logo no primeiro semestre, que era assim antigamente, e entrou na UFES para realizar o curso de Serviço Social. Em 1987 ela é aprovada no concurso do estado do Espírito Santo para ser professora. Como ela já estava na UFES resolveu prosseguir no curso.

A UFES é uma universidade elitizada dentro do estado, prioritariamente quem ocupava a maioria das vagas eram as pessoas brancas da classe média e alta da sociedade capixaba. Apesar de o curso de Serviço Social ser um curso de interesse das classes populares, em sua turma tinha apenas 05 meninas negras. “No curso tinha uma professora que dizia que a faculdade era para quem podia fazer, quem precisasse trabalhar na época de estágio não podia, que ela tinha de se virar para conseguir fazer o estágio”. (FELICIANO, 2020).

É relevante pensar nas palavras dos pais de Miriam ditas a ela: “para os negros é tudo mais difícil”. A faculdade pública não é para todos. Ela é para parte da sociedade que tem recursos e seus filhos não necessitam trabalhar, daí a pouca presença de alunos negros na universidade.

Miriam contou com o apoio de outros professores, e entre eles o da professora Beatriz Kroling, que a chama e diz que tem um estágio para ela aos finais de semana na comunidade de Santa Paula, no bairro Vale Encantado no município de Vila Velha. Essa professora ainda destaca: “você não vai deixar de se formar por causa disso”.

No curso de Serviço Social estudava-se muito a sociologia, e isso despertou em Miriam o gosto pela história, e quando concluiu o curso de Serviço Social, resolveu fazer o curso de História, pois o Serviço Social para o magistério era como se ela não tivesse feito curso nenhum, tendo em vista que o curso realizado não era da área pedagógica. O curso de História ela não precisou fazer novo vestibular, retornou direto, pois a legislação da época dava esse direito a quem já tinha concluído um curso.

Miriam gosta de ser professora, gosta de ensinar, gosta de estar na vida dos seus alunos. Isso também é uma grande contribuição da Pastoral da Juventude, esse olhar diferenciado que ela tem sobre os seus alunos, de saber entender o momento daquele aluno, de saber que precisa ser trabalhada sua autoestima.

A pastoral da juventude tinha muito isso, trabalhava a dimensão da personalização, o autoconhecimento. “Eu conheço o aluno pelo olhar, isso também eu acho que é uma contribuição da pastoral, esse nosso sentimento, essa nossa empatia em relação aos outros” (FELICIANO, 2020), em 1992 a campanha da fraternidade organizada pela CNBB teve como tema “Fraternidade e Juventude” e uma das preocupações trazidas no material de reflexão: “encontro com jovens” era justamente a convocação a conhecer o próprio corpo, fazendo esse olhar. Olhar-se e olhar o outro.

Durante esses 31 anos que trabalha, ela só trabalhou em escolas públicas e de periferia destacando as do estado: Escola Presidente Médici, Porto de Santana, Cariacica, de 1987 a 1991; UMEF José Siqueira Santa Clara, bairro Ataíde, Vila Velha, de 1991 a 2006; Escola Zaluar Dias, bairro Garanhuns, Vila Velha, de 2007 a 2009; Escola Marcílio Dias, bairro Barra do Jucu, Vila Velha, em 2010; Escola Judite Góes Coutinho, bairro Ponta da Fruta, Vila Velha, de 2011 a 2015. Na rede municipal de Vila Velha, trabalhou nas seguintes escolas: Ulisses Álvares, no bairro Ataíde, de 2004 a 2007; Cristiano Dias, bairro São Conrado, de 2007 a 2009; Marina Barcelos, bairro Araçás, em 2010; Ilha da Jussara, no bairro Ilha da Jussara, de 2011 a 2015 (de 2016

a 2020 como extensão de carga horária) e Aly da Silva, bairro Balneário Ponta da Fruta, de 2016 a 2020.

Em sua trajetória, Miriam afirma que um dos grandes desafios, assim como o dos demais professores, é o de motivar o seu aluno a querer estudar e aprender. O aluno tem conhecimento que mesmo não estudando ele pode avançar de ano. Eles dizem assim: “a professora não faz mal tirar nota baixa não, porque naquela reuniãozinha que vocês fazem final do ano, vocês vão passar quase todo mundo”. Essa reunião que o aluno se refere, é o conselho de classe. Eles percebem que o sistema aprova, mesmo que eles não tenham conhecimento necessário.

Miriam é professora aposentada do estado do ES e trabalha na prefeitura de Vila Velha como professora da disciplina de história para as turmas de 6º ao 9º ano do ensino fundamental, onde ela é concursada desde 2004.

### 3.2.4 - A marca do racismo

Miriam traz em sua trajetória de vida, a marca do racismo em seu corpo, do preconceito por ser negra. Ela lembra com indignação uma passagem por uma escola particular no município de Vila Velha, onde a diretora da mesma, só lhe deu a oportunidade de trabalho, devido ao fato de gostar muito da pedagoga dessa escola, que era sua professora de psicologia, deixando claro para Miriam que ela não ficaria na escola.

O racismo é um mal em nossa sociedade e impede as pessoas de serem elas mesmas. Trata-se de uma crueldade que tem levado a morte por violência fruto do racismo várias pessoas negras. É uma prática perniciosa que tem seu início e efeitos na vida da população negra ainda como na infância e perpassa por todas as etapas da vida, e a escola com profissionais como essa diretora descrita por Miriam contribui para essa violência. O racismo faz com que as pessoas de cor negra tenham seus sonhos diminuídos ou apagados por privilegiar o domínio do branco nesse espaço de aprendizado. De acordo com Munanga:

“ [...] os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias,

tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação” (MUNANGA, 2003, p.5).

Quando Miriam foi dispensada da escola, a diretora teria lhe dito: “que meu lugar não era na escola dela, que o lugar para mim era numa escola de morro, pelo fato de eu ser negra, ali não era o meu espaço” (Miriam M. Feliciano. Vila Velha, 07 nov. 2020). Nesse sentido, (GOMES, 2003, p.172) destaca que: “o olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças, quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las”.

Em outras escolas ela sentiu o racismo de forma mais sutil, nos comentários realizados tais como: ‘o seu nariz é tão bonitinho, nem parece o nariz de negro, você é negra de alma branca’. Para Miriam essas coisas foram marcando sua vida, mas não impediram de ela trabalhar. O fato de ser muito mãezona, muito amiga, muito empática com as pessoas que é do seu jeito mesmo, ela nunca teve problema de as pessoas serem contra ela em relação à questão racial.

Enquanto professora, Miriam trabalhou e trabalha na periferia dos municípios da região metropolitana de Vitória, em seu dia a dia ela presencia entre os alunos essa prática racista, e a situação é bem complicada, pois para eles é tudo uma brincadeira. “Chamar o outro de macaco é racismo, inferioriza a pessoa. Para eles isso é normal, as vezes quem é atingido fala: ‘deixa professora, eu também brinco com ele assim’. Eles não conseguem perceber a seriedade desse problema (FELICIANO, 2020).

Quando Miriam trabalhou na UMEF José Siqueira Santa Clara, no bairro Ataíde, no município de Vila Velha entre os anos de 1996 e 2001, ela recorda que na turma do 9º ano, quando chegou à sala de aula, os colegas estavam chamando uma menina de urubu, porque ela era negra. “Uma coisa que eu nunca vou esquecer, eu entrei na sala ouvindo aquilo”. Miriam logo perguntou o que estava acontecendo ali. Por que estavam chamando a colega de urubu? A menina atingida teria dito: “é por causa da minha cor, professora”. Segundo (DAMASCENO, 2016, p.255), “A criança negra [...] sofre com os estigmas do preconceito, porque ela está continuamente recebendo uma imagem desagradável de si própria através dos outros para com ela”. Segundo Miriam,

ela interferiu e refletiu com os alunos, o que é o bicho urubu, e que a cor da menina não tinha nada a ver com ele. Após a reflexão, os alunos disseram que gostavam da menina e não queriam o mal dela. Dirigindo-se à menina, Miriam disse: “você não pode deixar ser chamada assim. Você não pode ser discriminada para ter amigos”. A turma teria se comprometido a não brincar mais assim.

### 3.2.5 - As relações raciais na prática docente

Miriam afirma que começou a perceber essa questão da negritude a partir do momento em que entrou na Pastoral da Juventude, pois na família não se conversava sobre isso. Seus pais sempre falavam: “você tem que procurar ser sempre a melhor, porque para o negro tudo é mais difícil, tem sempre que superar as coisas”.

Seus pais nasceram em 1935 e 1936, menos de 50 anos do fim da chamada abolição da escravidão ocorrida em 1888. Seus avós e bisavôs que ela não conheceu, viveram essa época. Certamente seus pais experimentaram e viram a luta de seus ancestrais para sobreviverem dentro de uma sociedade altamente racista e preconceituosa. Por isso diziam essas palavras aos filhos sem explicar o porquê, provavelmente pela dor que as lembranças lhes traziam.

Na UFES, quando iniciou o curso de Serviço Social, Miriam começou a ter mais consciência das relações raciais no Brasil, que era necessário está estudando e trabalhando para combater as práticas racistas. Antes de 2003 ela já trabalhava essas questões dentro da sala de aula, relacionada à consciência da negritude, de formação de histórias negras, mas o despertar se deu em sua juventude.

Miriam salienta que o Luiz Carlos de Oliveira, do Centro de Estudos da Cultura Negra (CECUN), “fala que ninguém nasce negro, em relação à consciência, são as diferenças da vida que vão fazendo a gente ter essa consciência”. Com Miriam aconteceu esse processo, na infância e na adolescência, essa consciência não era muito trabalhada, e quando ela foi tomando consciência o seu jeito de pensar e a sua relação profissional, foi mudando.

Atualmente, segundo Miriam, quando ela começa a trabalhar com a turma do 6º ano, ela inicia suas aulas com a seguinte abordagem e questionamento: Porque somos diferentes? As cores da pele, tipo de cabelo, a forma física. Ela trabalha com as turmas do 6º e 9º e vai colocando temas para trabalhar a questão racial, e trabalhar a autoestima dos alunos e valorizar o colega independentemente das diferenças que eles tenham.

Miriam procura fazer parceria com os professores com quem tem mais afinidade para trabalhar as relações raciais, mas sua prática é introduzir em todo conteúdo o debate racial, e isto ela fazia desde que dava aulas para crianças, uma vez por semana trabalhava em literatura, uma história infantil com essa temática. Em cada matéria ela procura puxar a reflexão em torno da questão racial, dentro do próprio conteúdo ou com outro texto. Afirma que não deixa só para o dia 13 de maio ou 20 de novembro, pois entende que a vivência envolvida nas relações raciais é uma prática cotidiana.

Por trabalhar a temática das relações raciais, Miriam foi interpelada por um aluno: “A senhora trabalha assim, porque a senhora é negra né, porque se a senhora não fosse Negra, a senhora não trabalharia assim”. Para Miriam o fato de ser negra pode sim influenciá-la, mas seria bom que todos os professores tivessem essa visão de trabalho.

Miriam acredita que faz uma diferença na vida dos alunos, sobretudo os da turma da noite, que pensam mais no futuro, essa diferença não é pelo fato dela ser negra, mas sim que eles têm capacidade de conseguir aquilo que eles querem, apesar da visão que outras pessoas fazem do lugar onde vivem. Certo dia, Miriam encontrou um ex-aluno e lhe disse: “professora, eu desisti de estudar. [...] A senhora era a única, que me incentivava a seguir em frente”. Ela entende que o/a professor/a tem essa responsabilidade independente da sua cor, de olhar para o aluno e enxergar que ele pode mais e colocar isso para ele.

Miriam salienta que aprendeu com o Serviço Social e com a Pastoral da Juventude a valorizar as pessoas, a buscar o que as pessoas têm de melhor. Afirma que o complicador de ser negro está na ideologia racista e nas raízes da sociedade escravocrata que perpetua nos tempos atuais o rebaixamento da autoestima da criança negra.

Em seu trabalho como professora de história, Miriam valoriza seus alunos, falando da importância deles conhecerem a história da cultura africana, de saberem que são descendentes de pessoas livres, que eles não são descendentes de escravos, mas de pessoas que foram escravizadas. A pauta de Miriam é que os negros não tenham vergonha de serem negros, que eles possam se assumir enquanto negro e que acreditem em seu potencial.

Miriam retrata se tivesse a consciência que tem hoje, na época do racismo sofrido na escola particular em Vila Velha, a sua reação não seria a mesma, ela teria feito uma denúncia contra a pessoa. Porque hoje ela tem consciência que seu lugar não é apenas na escola de morro, mas é em qualquer escola, qualquer lugar é espaço para ela.

#### **4. CONCLUSÃO**

As trajetórias de vida das professoras Marcia Maria Rangel Monteiro e Miriam Martins Feliciano nos apresenta dois grandes desafios, quais sejam: 1º) a necessidade de pensar e enfrentar as desigualdades sociais e raciais no Espírito Santo e no Brasil; 2º) elaborar uma história sobre os negros enquanto construtores dessa nação e delimitar os lugares em que os negros estão. No entanto, responder a tais desafios é tarefa para uma outra pesquisa.

Nesse trabalho busquei compreender como se deram as inclusões e as trajetórias dessas professoras nos espaços universitários, os impactos em suas vidas sociais e na construção de suas identidades enquanto mulheres negras. Para tanto, parti do seguinte questionamento: como se deu sua opção em ser professora e qual a contribuição da Pastoral da Juventude nesse processo de escolha e em sua prática pedagógica enquanto profissional da educação?

A conclusão a que cheguei pode ser apresentada em quatro argumentos, conforme delimito a seguir. A primeira foi que a escolha se deu pela inserção e participação tanto na Pastoral da Juventude quanto em entidades e organizações de movimentos negros que desenvolveram trabalhos sociais na periferia da região metropolitana de

Vitória, estando em contato com a população de maior vulnerabilidade social. A prática pedagógica vem da experiência e das relações cultivadas nos grupos que estavam inseridas e na qual, segundo elas, são para toda vida.

O segundo argumento foi que os processos de discriminação que demarcam os lugares sociais de negros e negras devem ser enfrentados e denunciados, sendo que esses lugares são onde negros/as desejam e sonham estar. Para tanto é necessário que se trabalhe desde cedo os conteúdos da história e cultura africana e afro-brasileira em todos os conteúdos disciplinares e o ano todo, para que desde crianças aprendam a ter orgulho das nossas origens, nossas culturas, nossa cor, nosso cabelo, nossos jeitos de ser e que todos os lugares são nossos lugares. A prática pedagógica deve ensinar às crianças que somos capazes, inteligentes e precisamos buscar aquilo que sonhamos e acreditamos e para tanto precisa-se romper com as barreiras impostas pelas desigualdades sociais e raciais.

O terceiro argumento entende que as identidades são construídas nas relações sociais e que essas vão sofrendo alterações quando mudamos de meio e temos novas relações, mantendo partes das experiências passadas. Marcia e Miriam nos ensinam que não devemos desistir diante dos desafios

O quarto argumento conclusivo é de que as trajetórias dessas professoras foram marcadas pelo enfrentamento as atitudes racistas e as desigualdades sociais e raciais. As identidades negras foram construídas nas relações sociais nos grupos aos quais participaram tendo influência da Pastoral da Juventude e de organizações de movimentos negros nas quais estiveram inseridas, em que suas ações estão voltadas a valorização dos mais pobres, dos negros e no enfrentamento ao racismo, pois este afeta a saúde psíquica e constrói uma baixa autoestima nas crianças em idade escolar. Por fim, concluí a partir das memórias das entrevistadas que na vida escolar e profissional, para o negro, nada é fácil, mas sim muito mais difícil.

## REFERÊNCIAS

- ALTOE, Adailton e LESTE II/IPJ. **Metodologia e método: Uma contribuição a pastoral da juventude**. Centro de capacitação da juventude: SP, 1991.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria. 2000.
- BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida - a pesquisa e seus métodos**. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.
- BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. **“Como fazer teologia da libertação”**. Editora Vozes: Petropolis - RJ, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. RJ: FGV, 2006.
- CELANTE, Suelem; SATHLER, Marcelo; DA-SILVA-ROSA, Teresa. **“Histórias de vida no resgate da história da ocupação do solo de Vila Velha (ES)”**. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia 20 a 23 de julho de 2015, Porto Alegre (RS) - Instituição: Universidade Vila Velha (UVV – ES); Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais (NEUS/UVV – ES).
- CNBB. **“Ouvi o Clamor Deste Povo”**. Texto Base da Campanha da Fraternidade 1988.
- CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas ciências sociais**. SP: EDUSC, 2002.
- CUNHA, Jr Henrique. **A Inclusão da História Africana no Tempo dos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Centro de Tecnologia – Universidade Federal do Ceará – UFC e Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro – NEINB/USP, 2003.

DAMACENO, Janaína. **Os segredos de Virgínia. Estudos de atitude e preconceito de cor na São Paulo dos 1940-1950.** In: PINTO, Ana Flávia Magalhães e CHALHOUB, Sidney (Orgs). **Pensadores negros - Pensadoras negras:** Brasil, séculos XIX E XX. (Coleção UNIAFRO, vol. 11). Cruz das almas: EDUFRB; BH: Fino Traço, 2016, p. 241-260.

FELICIANO, Miriam Martins. **Entrevista Concedida:** a Elio Pereira Fernandes, Vila Velha, ES em 07 de novembro de 2020.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. **“Vozes Negras na história da educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002) ”.** Brasil multicultural - 2018.

GOMES, Janaína Damaceno. **Os Segredos de Virgínia: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955).** Tese de Doutorado em Antropologia. PPGAS: USP, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores – um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Col.ed.e pesquisa, UFMG – Belo Horizonte, 2003.

GONÇALVES, Marlene. **Viva Bela Verena: a saga de uma professora negra na memória de uma comunidade da mesma cor.** Ceilândia, DF: Idéa Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003. **Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no currículo oficial da rede de ensino.** Diário Oficial da União. Brasília, 2003.

LOMBARDI, Maria Rosa e CAMPOS, Veridiana Parahyba. **“A enfermagem no Brasil e os contornos de gênero, raça/cor e classe social na formação do campo profissional”.** Revista da ABET, v. 17, n. 1, janeiro a junho de 2018.

MONTEIRO, Marcia Maria Rangel. **Entrevista Concedida:** a Elio Pereira Fernandes, Vila Velha, ES em 10 de novembro de 2020.

MUNANGA, Kabengele. **“Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia”**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, PENESB-RJ, 05/11/03.

NUNES, Edson. **A construção do isolamento burocrático e do corporativismo e a nacionalização do clientelismo**. Rio de Janeiro, guaramond, 2010.

PEREIRA, Danglei de Castro. **Maria Firmina dos Reis: uma voz em conflito**. In: Reis, Maria Firmina dos, 1825-1917. **Úrsula e outras obras** [recurso eletrônico] / Maria Firmina dos Reis. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. – (Série prazer de ler; n. 11 e-book) Conteúdo: Úrsula – Gupeva – A escrava – Cantos à beira-mar.

PINTO, R. Pahim. **MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO DO NEGRO: A Ênfase na Identidade**. Fundação Carlos Chagas; Cad. Pesq., São Paulo, n.86, pp. 25-38, ago. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo, Imprensa Oficial. IMSP, 2006

REIS, Maria Firmina dos, 1825-1917. **Úrsula e outras obras** [recurso eletrônico] / Maria Firmina dos Reis. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. – (Série prazer de ler; n. 11 e-book) Conteúdo: Úrsula – Gupeva – A escrava – Cantos à beira-mar.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **“Aglomerados periféricos: a expressão da tradicional pobreza e da segregação nas cidades brasileiras”**. *Fronteiras: Revista de História* | Dourados, MS | v. 21 | n. 38 | p. 198 - 222 | jul. /dez. 2019.